

PAULA REGINA PAVON

**ALFRED MARSHALL E A INSTITUCIONALIZAÇÃO
DA ESCOLA DE ECONOMIA**

HISTÓRIA DA CIÊNCIA

PUC-SP

São Paulo, 2006

PAULA REGINA PAVON

**ALFRED MARSHALL E A INSTITUCIONALIZAÇÃO
DA ESCOLA DE ECONOMIA**

HISTÓRIA DA CIÊNCIA

Dissertação de Mestrado apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de mestre em História da Ciência, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Ana Maria Alfonso-Goldfarb.

PUC-SP

São Paulo, 2006

Banca Examinadora

Aos meus pais,
por terem me dado a
oportunidade, ainda
menina, de descobrir
o gosto pelos estudos.

Agradecimentos

Pela orientação sempre tão exata e apoio inestimável, à Professora Ana Maria Alfonso-Goldfarb.

Pelas sugestões ao aperfeiçoamento desta dissertação, às professoras Márcia H. M. Ferraz e Maria Elice B. Prestes, que participaram da minha banca de qualificação.

Pela dedicação e empenho, a todos os professores do programa que me ajudaram nesse um ano e meio. E também àqueles que não foram meus professores, mas que estiveram lado a lado nesse processo de aprendizado. Em especial, à Professora Luciana Zaterka.

Pelo companheirismo e troca de idéias, a todos os colegas da PUC, especialmente, Angélica, César, Izabel, Mariana, Tomé e Stella, da minha turma inicial.

Por ter me mostrado novas possibilidades de estudo em dias difíceis, ao amigo Kilwangy kya Kapitango-a-Samba.

Pela compreensão das horas ausentes, a todos os meus amigos que torcem por mim.

Pelo apoio, estímulo e compreensão em vários momentos, aspectos importantes na realização deste trabalho, ao Marcelo.

Por fim, pela Bolsa de Estudos, à Capes.

RESUMO

A obra de Alfred Marshall (1842-1924), até o momento, foi pouco explorada no país. Em geral, Marshall aparece na historiografia econômica apenas como o autor da chamada escola marginalista ou neoclássica. Como o propósito do presente trabalho será dar maior visibilidade a esse autor, pareceu-nos que os passos iniciais não deveriam estar centrados na complexa discussão de suas teorias econômicas ou nos aspectos matemáticos das mesmas. Quanto a esse último item, o próprio Marshall fez questão de colocar em apêndices para, como disse o autor, tornar sua obra acessível ao maior número de pessoas.

Assim, decidimos percorrer a trajetória intelectual desse autor a fim de descobrir suas contribuições na definição da ciência econômica a partir de seu livro principal, *Princípios de Economia: tratado introdutório*, publicado em 1890. Marshall torna-se o responsável pela institucionalização de uma nova área do saber, ao fundar a Escola de Economia e Política da Universidade de Cambridge, definir o papel da economia e a função do economista.

A pesquisa tem como escopo duas linhas principais. Primeiro abordar a obra de Marshall a partir das condições de contorno da era Vitoriana, período compreendido entre 1837 e 1901. Nesse sentido, investigamos quais seriam os elementos que teriam influenciado na formação do autor e que ele teria influenciado. Depois, os aspectos filosóficos e científicos das idéias de Marshall contidas no livro *Princípios de Economia: tratado introdutório*, em que ele define a amplitude dos estudos econômicos. Nesta parte do trabalho,

buscamos os substratos de correntes filosóficas vigentes na época e que estariam presentes na análise de Marshall.

ABSTRACT

So far, Alfred Marshall's work (1842-1924) has been little explored in Brazil. Typically, Marshall is mentioned in economic historiography only as the author of the so-called marginalist or neoclassic school. Since our aim in this paper is to give a broader visibility to this author, it appeared to us that the initial steps here should not be centered around the complex discussion that involves his economic theories or the mathematical aspects of such discussions. As regards the latter, Marshall himself insisted in distributing them into appendices aimed at, as told by the author, rendering his work accessible to as many people as possible.

Therefore, we decided to follow this author's intellectual path in order to find out the contributions he gave to the definition of economic science from his major book, *Principles of Economics*, published in 1890. Marshall became the responsible for the institutionalization of a new science when he founded the School of Economics and Politics at Cambridge University, defining the role of both economics and economists.

The scope of this research encompasses two principal lines: first, to approach Marshall's work from the conditions found in the Victorian age, between 1837 and 1901. In this sense, we looked for those elements which influenced the formation of the author, and which have been influenced by him. Then, we looked for the philosophic and scientific aspects of Marshall's ideas contained in his book *Principles of Economics*, in which he defines the extent of economic studies.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1: Um panorama da obra de A. Marshall na era Vitoriana.....	13
1.1. A economia ganha <i>status</i> de ciência.....	13
1.2. As transformações sociais como fator proeminente para o pensamento econômico.....	23
1.3. A nova Escola como resposta e a força dos sindicatos.....	34
CAPÍTULO 2: Bases científicas e filosóficas para a definição de uma nova ciência econômica por Marshall	43
2.1. O conceito de economia.....	43
2.2. Uma nova ciência na classificação de A.Comte.....	46
2.3. O objeto de estudos econômicos e o utilitarismo inglês.....	53
2.4. Métodos de investigação e a nova ciência.....	61
2.5. Considerações sobre um novo perfil para o economista.....	68
2.6. A pobreza como preocupação central e a possibilidade de uma abordagem <i>quasi</i> – científica.....	73
2.7. A questão da “concorrência” e o evolucionismo social	78
2.8. Medida em dinheiro: uma matemática qualitativa.....	84
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	88
BIBLIOGRAFIA.....	92

“A principal preocupação da economia é, assim, com seres humanos que, para o bem ou para o mal, são impelidos a mudar e progredir.”

(A. Marshall, *Princípios de Economia*,
prefácio à oitava edição, p. 11)

INTRODUÇÃO

Temos como proposta para esta dissertação abordar a institucionalização da escola de economia a partir dos conceitos do inglês Alfred Marshall, seu principal idealizador, que constam no livro *Princípios de Economia*, publicado em 1890. O pressuposto central será que Marshall pretende colocar o que viria a ser a ciência econômica fora da física social do filósofo A.Comte e mais próxima das chamadas ciências fundamentais exatas, como matemática e física, criando assim uma nova ciência na hierarquia comteana.

Considerado o principal livro de Marshall, *Princípios de Economia* demorou anos para ser escrito. Marshall vinha trabalhando com o assunto e ensinando os estudos econômicos muito tempo antes de sua elaboração. Foram nove anos escrevendo e cerca de trinta, o resto de sua vida, revendo suas sucessivas edições. Os fundamentos da teoria geral já estavam mais ou menos estabelecidos por volta de 1870, vinte anos, portanto, antes da publicação da primeira edição. Essas duas décadas teriam servido para o amadurecimento das idéias do autor.¹

A Escola de Economia e Política da Universidade de Cambridge, na Inglaterra, fora fundada em 1903, mas, como veremos no corpo deste trabalho, foram os muitos anos de pesquisa de Marshall que favoreceram a institucionalização dessa nova área. Antes, porém, o livro de Marshall foi lançado e houve a fundação de uma sociedade de debates econômicos, a

¹ Para saber mais, vide R. Feijó. *História do Pensamento Econômico*, p. 316

Associação Econômica Britânica, atual *Royal Economic Society*, também tendo Marshall como um de seus principais fundadores.²

Embora o autor seja fundamental dentro da história do pensamento econômico pela contribuição que trouxe para a profissionalização da área e para a definição da ciência econômica, há pouquíssimos trabalhos sobre ele no país³, o que torna a pesquisa ainda mais relevante. No exterior, no entanto, principalmente na Inglaterra, Marshall tem sua importância, como introdutor dessa área, bem reconhecida. A biblioteca da Escola de Economia e Política de Cambridge presta uma homenagem a ele e tem como nome *Marshall Library of Economics*. Existe ainda a *Marshall Society*, uma sociedade formada por alunos e ex-alunos da Escola de Economia de Cambridge. Essa sociedade foi fundada em 1927, três anos depois da morte de Marshall, e, durante muito tempo, teve como um dos membros o famoso economista John Maynard Keynes (1883-1946), pupilo de Marshall. Atualmente, essa sociedade publica o jornal *The Cambridge Economist*, publicação anual que contém contribuições dos alunos da Universidade de Cambridge e economistas em geral.⁴

Assim, para a realização desta dissertação, optamos por concentrar nossos esforços no principal livro de Marshall, bem como nas correntes filosóficas que foram seu substrato. Desta forma, fixaremos nossa atenção nas bases epistemológicas de Marshall, deixando para outro momento uma análise mais detida ou específica sobre suas teorias econômicas.

² Sobre a fundação da Associação Econômica Britânica, vide os detalhes na p. 17 desta dissertação.

³ Vide, por exemplo, a dissertação de M.A.G. de Souza. *Alfred Marshall: um estudo de economia política*.

⁴ Para outras informações, acesse o site www.marshallsociety.com.

No capítulo 1, mostraremos as influências do período Vitoriano (século XIX) na obra de Marshall, bem como a influência de sua obra no período em questão. Este capítulo vai abordar a chamada “revolução industrial” e as transformações sociais da época, que buscaram na ciência, especialmente na economia, uma solução para seus problemas. Trataremos ainda de como se deu o processo para que a economia chegasse ao *status* de ciência, com a constituição da nova escola. Por fim, indicaremos sua vinculação ao avanço dos sindicatos e dos meios de comunicação de massa do período. Através desses quatro elementos - que correspondem aos elementos necessários para a institucionalização - nossa intenção foi indicar como a presença visível de Marshall em cada uma delas contribuiu para que se desse a área econômica por ele pretendida.

O capítulo 2 traz uma análise detalhada do livro primeiro de *Princípios de Economia*, de Marshall - que será nosso principal documento - e as implicações filosóficas e científicas do período. Buscamos, assim, estabelecer um possível diálogo desse autor com algumas das principais correntes de pensamento vigentes no período, cujo modelo paradigmático seria, principalmente, a filosofia positiva de A. Comte. Com isso, pretendemos mostrar ao longo dessa última parte, a bem fundamentada e moderna base filosófica que levaria Marshall ao desenvolvimento ousado de um espaço particular e novo para a economia.

CAPÍTULO 1:

Um panorama da obra de A. Marshall na era Vitoriana

1.1 A economia ganha *status* de ciência

Uma série de anacronismos perpassa, com freqüência, parte das grandes obras sobre a história do pensamento econômico.⁵ Mas, até o século XIX, não se pôde afirmar a existência de uma reflexão detalhada sobre o objeto da economia⁶ e sobre a função do economista. Houve, em alguns momentos da história, como no apogeu das civilizações grega e romana, e em certos períodos da Idade Média, noções e conceitos econômicos propostos e discutidos.⁷ Um dos marcos considerados para a história futura da economia deu-se a partir do ano de 1700, com a publicação do livro *A Riqueza das Nações*, em 1776, do escocês Adam Smith (1723-1790).⁸ Muitas vezes considerado o “pai” da matéria, a história econômica costuma apontá-lo como referência no surgimento da economia.⁹

Do ponto de vista *strictu sensu*, no entanto, é somente no final do século XIX e começo do XX, que ocorre o nascimento da economia enquanto

⁵ Acerca da história do pensamento econômico, vide, por exemplo, alguns estudiosos do tema: S.L. Brue, E.K. Hunt & H.J. Sherman, R. Feijó, P. Hugon, entre outros.

⁶ Assim, por exemplo, o grego Xenofonte (431 a 355 a.C.) teria definido a economia como sendo a ciência das leis da economia doméstica, em que *oikos*, em grego, significa casa e *nomos*, lei, Cf. N.J. de Souza. *Introdução à Economia*, p.15.

⁷ R. Feijó. *História do Pensamento Econômico*, p. 13.

⁸ Neste livro, o autor sistematiza as principais questões econômicas da época num único tratado.

⁹ A respeito da idéia de “pai” da economia, vide, por exemplo, J.F.B. Lamounier, *A Divisão do Trabalho em Adam Smith e o Processo de Especialização do Conhecimento no Século XVIII*, p.12.

ciência. É o matemático inglês Alfred Marshall (1842-1924)¹⁰ que vai dedicar boa parte de sua obra para definir qual é o objeto da economia, qual a função de um economista e qual a necessidade de se estudar o tema. A partir daí, tem-se a organização desse saber como corpo teórico sistemático de idéias e a institucionalização de uma área.

Marshall vai se preocupar em estudar as questões econômicas ao se deparar com o cenário da Inglaterra Vitoriana¹¹. Conforme veremos mais adiante, naquela época, predominavam a intensa industrialização, o aprofundamento das diferenças entre empresários e trabalhadores, o auge da especialização das ciências, a “fé no progresso” e a racionalidade dos cálculos levada ao extremo.

Marshall vai dar tamanha importância em definir o lugar da economia na sociedade que se torna o responsável pela criação da Escola de Economia e Política da Universidade de Cambridge (*Faculty of Economics and Politics*), fundada em 1903, na Inglaterra¹². A partir daí, o ensino da disciplina economia

¹⁰ Marshall estudou filosofia (especialmente Kant e Hegel), letras e línguas clássicas (latim e grego); formou-se em matemática no St John's College da Universidade de Cambridge e lecionou na Universidade de Cambridge e Bristol. Em Cambridge, Marshall permaneceu na cátedra de economia por 23 anos, lecionando essa disciplina e ampliando seus escritos até aposentar-se, em 1908, para dedicar-se exclusivamente à sua obra de economista. Morreu em 13 de julho de 1924, aos 81 anos, em Balliol Croft, que foi sua casa em Cambridge por muitos anos.

¹¹ Período compreendido entre 1837 e 1901, durante o reinado da Rainha Vitória, o mais longo da história da Inglaterra até essa data. Acerca deste período, vide M. Charlot & R. Marx. *Londres, 1851-1901. A era Vitoriana ou o triunfo das desigualdades*. Rio de Janeiro, Zahar, 1993.

¹² A nova Escola de Economia de Cambridge intitula-se “Economia e Política”, conservando esse nome até hoje. Assim, como indica o próprio nome, trata-se também de especialização em Ciências Políticas. O nome no original é *Faculty of Economics and Politics at Cambridge University*. Acerca disso, a *home page* da Universidade de Cambridge traz outras informações, vide “A Brief History of the Faculty” em <http://www.econ.cam.ac.uk>

passou a ser independente do currículo de outros cursos. Até essa época, a economia fazia parte dos cursos de Moral e História.¹³

O empenho de Marshall em dar um novo status à economia começou em 1870. Concluído com distinção o curso de Matemática em 1865, Marshall passa a dar aulas de Matemática como professor do Clifton College. No entanto, as idéias em filosofia moral desviaram o interesse de Marshall da Matemática para essa outra disciplina. Em 1868, ele tornou-se *College Lecturer* em Ciências Morais em St. John, especializando-se no ensino da lógica e economia política. Dois anos depois, ele havia se convencido de que sua carreira seria dedicada a conferir à economia política o *status* de ciência. Assim, ele trabalhou, por muitos anos, lendo os autores clássicos anteriores que trataram do tema e se inteirando da realidade do País naquele momento.¹⁴

Antes de Marshall, em Cambridge, os estudos econômicos eram ensinados apenas como parte das ciências históricas e morais, e não como objeto de trabalhos mais avançados. Para fazer da economia uma ciência e profissão, Marshall trabalhou durante muitos anos para ampliar o âmbito da disciplina. Assim, somente em 1903, é inaugurado um novo curso especializado em economia, o primeiro curso exclusivamente dedicado à formação do profissional neste campo de que se tem notícia. Com esse curso, a ciência econômica adquire *status* de saber autônomo cientificamente qualificado.¹⁵

¹³ Outros detalhes serão indicados adiante.

¹⁴ R. Feijó, *op.cit*, p. 310.

¹⁵ *Ibid.*, p. 315.

Antes, no entanto, de tornar-se uma disciplina independente e ter uma escola, a economia política passou a ocupar a parte dois da disciplina de Ciências Morais, uma posição mais próxima do ideal de Marshall. Mas ele ainda não estava satisfeito, segundo conta seu pupilo A.C. Pigou. O que ocorreu, somente em 1903, com o estabelecimento de uma escola e de uma disciplina de economia em associação com a ciência política.¹⁶

Para Marshall “profissionalização significava especialização que não significava dividir escolas”. Por isso, segundo D. Reisman, a institucionalização foi uma característica marcante na obra de Marshall.¹⁷

A fundação da Escola de Economia e Política de Cambridge acontece num período de intensas reformas na educação inglesa. Esse período de questionamentos quanto ao melhor modelo educacional já vinha ocorrendo desde meados do século XVIII. A partir de 1780, a educação tornou-se uma das principais áreas de conflito dentro de uma sociedade que passava por mudanças.¹⁸

Durante todo o século XIX, o modelo de educação passou por uma revisão. As disciplinas técnicas e científicas não só encontraram seu espaço nas escolas, como também foram o foco do novo pensamento sobre os métodos e os objetivos do ensino. Na maior parte do século XIX, a mudança na educação deu-se, principalmente, em termos de estrutura. Novas pressões aconteceriam ao final desse século, tendo o foco voltado para novos métodos de ensino e para as crianças. Segundo J. Lawson e H. Silver, a busca para um novo entendimento do processo de aprendizagem das crianças resultou numa

¹⁶ A.C. Pigou. *Memorials of Alfred Marshall*, p.57.

¹⁷ D.Reisman. *Alfred Marshall's Mission*, p. 181

¹⁸ J. Lawson & H.Silver. *A Social History of Education in England*, p. 227

série de mudanças na discussão do indivíduo, da sociedade e da política social.¹⁹ É neste cenário de revisão da educação, portanto, que surge a Escola de Economia.

Marshall encontra ainda outro meio para institucionalizar essa nova área do saber. O autor foi também um dos fundadores da Associação Econômica Britânica ou *The British Economic Association*, atual *Royal Economic Society*, cujo objetivo era discutir e difundir no meio dos cientistas as principais idéias sobre o assunto. Em abril de 1890, Marshall circulou um artigo propondo a discussão do estabelecimento de uma organização profissional, na Inglaterra, nos moldes da Associação Econômica Alemã (fundada em 1872) e da Associação Econômica Americana (fundada em 1885). A carta foi enviada não apenas para estudantes e professores, mas também para os membros do clube de política econômica em Londres e para os membros das Sociedades de Estatística em Londres, Manchester e Dublin. Assim a Associação foi fundada em novembro do mesmo ano, na cidade de York.²⁰

No ano seguinte, Marshall, juntamente com outros membros da Associação, lança o *The Economic Journal*, cuja primeira edição data de março de 1891. Conforme consta na apresentação do primeiro número do jornal, a *The British Economic Association* foi fundada durante um encontro na *University College*, em Londres, em 20 de novembro de 1890. Na apresentação do jornal, consta que o objetivo da Associação era avançar no conhecimento dos assuntos relacionados à economia, por meio do jornal e de outras

¹⁹ *Ibid.*, p. 357

²⁰ D.Reisman, *op. cit.*, p. 183.

publicações.²¹ Nessa apresentação, fica também expresso o desejo de que o jornal represente todos os lados das opiniões econômicas e que não sirva de meio de comunicação apenas para uma escola de economistas, mas, sim, para todas elas. “Para isso nada como estar sob a autoridade de uma Associação Econômica.” A apresentação seria, além disso, como uma carta de intenções:

“A Associação pode gradualmente aumentar seu escopo de atuação e promover encontros entre economistas ingleses. Pode ainda traduzir trabalhos estrangeiros e reimprimir livros clássicos da economia que sejam raros ou antigos. E, por fim, se tiver recursos suficientes para isso, poderá incentivar investigações econômicas, especialmente aquelas que não podem ser feitas sob os departamentos do governo e que ainda envolvam um gasto expressivo.”²²

A taxa anual de sócio era de apenas uma *Guinea*²³, e o jornal e outras publicações seriam entregues aos associados gratuitamente. Esta apresentação, feita pelo Professor F.Y. Edgeworth²⁴, que era o editor do jornal, diz que qualquer pessoa que quisesse tornar-se membro da Associação bastava mandar uma carta para ele manifestando o interesse. O nome do candidato a associado seria submetido à aprovação do Conselho no encontro seguinte.²⁵

Nas primeiras páginas do jornal, Marshall aparece como conselheiro da *British Economic Association* e colaborador do jornal, além de constar na lista

²¹ Esse jornal existe até hoje com o mesmo título e com a inscrição *The Journal of the Royal Economic Society*. No ano de sua fundação, o jornal era trimestral, atualmente é publicado oito vezes ao ano.

²² *The Economic Journal*, volume 1, p. 2 (citações e referências acima)

²³ Na época, o equivalente a uma unidade de dinheiro, que valia 1,05 libra, Cf. *English Dictionary for Advanced Learners*, p. 697.

²⁴ As idéias do Professor F.Y. Edgeworth foram bastante influenciadas por Marshall. Edgeworth permaneceu por 35 anos como editor do *The Economic Journal* e por várias vezes recusou artigos que pudessem colocar em dúvida a reputação da Escola de Economia de Cambridge, liderada por Marshall, Cf. M.Blaug, *Alfred Marshall and Francis Edgeworth*, p. XI

²⁵ *The Economic Journal*, *loc. cit.*, p. 2

de membros da Associação, juntamente com sua esposa que também estudava economia.²⁶

O primeiro volume do jornal, que data de 1891, traz também “as regras” da *British Economic Association*, assim como os objetivos da Associação, a função dos conselheiros, encontros especiais dentro da Associação e até férias extraordinárias e expulsão de membros.²⁷

No mesmo ano da fundação da Associação, em 1890, Marshall publica o livro *Princípios de Economia (Principles of Economics)*²⁸, reconhecidamente considerado como sendo seu principal livro e descrito, pelo próprio autor, como sendo uma introdução geral ao estudo da ciência econômica.²⁹

Um ano antes da publicação da primeira edição, Marshall havia publicado seu primeiro livro, *Economia e Indústria (Economics of Industry)*, cujos fragmentos do manuscrito original estão guardados na biblioteca que presta uma homenagem a ele, a Biblioteca Marshall (Marshall Library of Economics), na Faculdade de Economia da Universidade de Cambridge. A bibliografia completa do autor compreende mais de 81 itens, dos quais apenas

²⁶ Marshall casou-se, em 1877, com Mary Paley, sua antiga aluna de Economia Política e uma das primeiras mulheres a receber o grau universitário. Anos mais tarde, ela lecionou a matéria no colégio feminino de Newham, em Cambridge, Cf. O. Strauch na introdução de *Princípios de Economia*, p.XIV.

²⁷ A descrição completa de como funcionaria a *British Economic Association* pode ser apreciada no *The Economic Journal*, *loc.cit.*, p. 9-12

²⁸ Nesta dissertação usaremos *Princípios de Economia* (coleção Os Pensadores), tradução feita por R. Almeida e O. Strauch, cotejada com a versão em inglês *Principles of Economics*, oitava edição, de 1930.

²⁹ O primeiro número do *The Economic Journal*, o jornal da *British Economic Association*, traz uma resenha detalhada do Professor F.Y. Edgeworth sobre a segunda edição do livro *Princípios de Economia*, p. 611.

uns poucos podem ser considerados livros, constituída a grande maioria de folhetos, artigos e depoimentos perante órgãos governamentais.³⁰

Entre os livros mais importantes de Marshall estão *Economia e Indústria* (*Economics of Industry*), de 1889, curiosamente retirado de circulação pelo próprio Marshall que dizia que “não se pode vender barato a verdade”. Há também os *Elementos de Economia e Indústria* (*Elements of Economics of Industry: being the first volume of elements of economics*), de 1892, e os *Princípios de Economia* (*Principles of Economics*), de 1890. O primeiro seria uma versão dos *Princípios* adaptada a iniciantes. Em 1919, ele lança o *Indústria e Comércio* (*Industry and Trade*), que seria, segundo Marshall, a continuação dos *Princípios*, e há, ainda, *Dinheiro, Crédito e Comércio* (*Money, Credit and Commerce*), publicado em 1923.³¹

Princípios de Economia não só apresenta uma compilação das principais idéias de Marshall na definição da ciência econômica, como também sintetiza seu pensamento como um dos fundadores da chamada escola neoclássica de Cambridge, que exerceu influência dominante no pensamento econômico até os anos 30 do século XX.³²

Assim *Princípios de Economia* foi a obra mais influente da sua era, nesta área, e por muitos anos foi considerado a bíblia dos economistas britânicos.³³

³⁰ Sobre os escritos de Marshall, vide uma relação parcial de 35 títulos listados em ordem cronológica de publicação em R.Feijó, *op.cit.*, p. 314.

³¹ *Ibid.*, p. 312-3.

³² Para os neoclássicos, dada a distribuição existente de riquezas e rendas, os consumidores, ao adquirirem mercadorias, distribuíam sua renda de forma a maximizar o bem estar de todos. Para eles, o sistema econômico era caracterizado por uma “concorrência perfeita”, Cf. E.K. Hunt & H.J. Sherman. *História do Pensamento Econômico*, p. 115 e 117.

³³ Publicado em 1890, *Princípios* teve oito edições no total completamente revisadas pelo autor. A oitava edição, de 1920, é considerada a edição definitiva com as mais importantes alterações. Da quinta à oitava edição não se fez alterações estruturais. Há também uma nona edição póstuma, Cf. R.Feijó, *op.cit.*, p. 316.

Para gerações de estudantes, professores e economistas profissionais, *Princípios* foram a suma econômica e o compêndio básico no ensino da matéria³⁴. Nessa época, a Inglaterra vivia os conflitos entre trabalhadores e empresários como reflexo da chamada “revolução industrial” e da ascensão do capitalismo. O livro, por sua vez, teve sucesso imediato e ajudou a estabelecer na sociedade o prestígio e a credibilidade dos estudos econômicos.³⁵

A obra está dividida em seis livros, com vários capítulos em cada um deles, e contém, ao final, os Apêndices (classificados pelo autor de A a L), mais o Apêndice Matemático, que Marshall fez questão de deixar separado, como ele mesmo diz, para facilitar o entendimento para os não-economistas.

Da mesma forma, tudo indica que essa formulação de Marshall teria vínculos com a expansão dos meios de comunicação de massa. Nessa época, a imprensa começa a se expandir e passa, mais do que nunca, além da função política, a desempenhar igualmente um papel fundamental no campo econômico, social e cultural. Naquilo que se torna uma sociedade cada vez mais mercantil, ela desempenha um papel articulador, dando o tom, estimulando, respondendo às necessidades cruciais de um público de leitores anônimos, enquanto os outros meios de comunicação, como a Igreja, parecem perder mais e mais sua audiência e sua influência.³⁶

³⁴ Marshall exerceu uma influência enorme sobre gerações de economistas. Dois de seus discípulos mais famosos foram A.C. Pigou (1877-1959), que o substituiu na Universidade de Cambridge, e John Maynard Keynes (1883-1946), que foi editor do *The Economic Journal* e também seu pupilo. A esse respeito, vide, por exemplo, a introdução de O. Strauch em *Princípios de Economia*.

³⁵ R. Feijó, *op.cit.*, p. 316.

³⁶ M. Charlot e R. Marx. Londres, 1851-1901. *A era vitoriana ou o triunfo das desigualdades*, p.161

O número de diários matutinos publicados em Londres passa de oito, em 1856, para vinte e um, em 1900. O dos diários vespertinos passa de sete para onze, enquanto a imprensa da província tem um formidável desenvolvimento.³⁷

Seguindo essa tendência, Marshall estava preocupado em permitir que o maior número de pessoas tivesse acesso a sua principal obra. Por isso escreveu os apêndices e eliminou do corpo do texto as fórmulas matemáticas. A preocupação dele era tornar a obra o mais acessível possível, conforme veremos no capítulo dois. Ele queria que seu livro fosse lido pelos homens de negócio, políticos e profissionais liberais, como forma de vencer as barreiras criadas pela natural aversão da aristocracia dirigente por assuntos econômicos em geral e ao mundo dos negócios em particular.³⁸

Com isso, notamos, mais do que nunca, a figura de Marshall como alguém preocupado em institucionalizar uma área. Isso porque um dos eixos da institucionalização passa pela divulgação, item que Marshall fez questão de cuidar. Segundo indicado pela historiografia contemporânea, os quatro componentes fundamentais para que ocorra a institucionalização de qualquer área do conhecimento são: ensino, pesquisa, divulgação e aplicação do conhecimento.³⁹

Ora, como veremos mais adiante, Marshall perpassa por todos os itens necessários. Na pesquisa, com os fundamentos da economia; no ensino, com uma possível aproximação da escola pragmática, de C Peirce e, posteriormente, W. James, na divulgação, com a preocupação em fazer uma

³⁷ *Ibid.*, p.162

³⁸ Acerca disso, vide Introdução de O. Strauch em *Princípios de Economia*.

³⁹ Vide, por exemplo, A.M. Alfonso-Goldfarb e M.H.M. Ferraz, "Raízes históricas da difícil equação institucional da ciência no Brasil", p. 2

obra de leitura acessível e aplicável ligada à indústria e aos sindicatos da época.

Cabe aqui, portanto, uma análise mais detalhada do cenário da Inglaterra Vitoriana no período. Só assim poderemos entender quais foram as principais influências na obra de Marshall e como o autor influenciou sua época.

1.2 As transformações sociais como fator proeminente para o pensamento econômico

Não por acaso Marshall vai se preocupar em estudar as questões econômicas. Nesse período, a Europa estava impregnada pela chamada “revolução industrial”⁴⁰, que começou na Inglaterra e se espalhou lentamente por todo o continente. Na segunda metade dos oitocentos, o que se vê é a expansão da economia capitalista em larga escala como consequência desse processo.

Os reflexos dessa “revolução industrial” e da ascensão do capitalismo foi proeminente na Inglaterra nesse período, o que serviu de fator preponderante para as reflexões de Marshall sobre a economia e suas implicações na

⁴⁰ A metáfora “revolução” sugere a idéia de uma modificação muito rápida, num breve espaço de tempo. Todavia, na Inglaterra, o ritmo de transformação foi mais lento do que em outros casos históricos posteriores (como a taxa de crescimento da produção industrial na Rússia na década de 1860), e mais lento também do que a idéia contida nas metáforas literárias quando se tenta medir com rigor estatístico a taxa de evolução ou marcar com precisão o ponto de partida, Cf. P. Mathias. *A Primeira Nação Industrial: uma história econômica da Inglaterra, de 1700 a 1914*, p. 13.

sociedade. Antes disso, porém, faz-se necessária uma análise mais cuidadosa no uso do termo “revolução industrial”.

T. S. Ashton, um dos estudiosos do assunto, considera impróprio o termo, pois as mudanças não teriam sido apenas econômicas, mas também sociais e culturais.

“A revolução industrial teve ser estudada como um movimento, e não dentro de um período determinado de tempo. Quer se apresente na Inglaterra depois de 1760, nos Estados Unidos e na Alemanha depois de 1870 ou no Canadá e Rússia nos nossos dias, as suas características e efeitos são fundamentalmente os mesmos. Por toda a parte se encontra relacionada com o crescimento da população, com a aplicação da ciência à indústria e com o uso do capital numa forma mais intensa e mais extensa.”⁴¹

Para ele, em toda parte havia a transformação de populações rurais em urbanas e um desenvolvimento de novas classes sociais. Mas, em cada caso, o curso do movimento era afetado pelas diferentes circunstâncias de tempo e de lugar. Ashton chega a afirmar que muitas das perturbações sociais que estavam sendo atribuídas à “revolução industrial” na Grã Bretanha foram, de fato, resultado de forças que teriam atuado do mesmo modo se a indústria não tivesse se desenvolvido e se não tivesse havido transformações na estrutura econômica.⁴²

Ashton cita como exemplo o movimento dos preços. Na primeira metade do século XVIII, os preços estavam praticamente estáveis, com uma ligeira tendência de queda. Entre meados dos anos 50 e o princípio dos anos 90, os preços subiram cerca de 30%, e entre 1790 e 1814 quase duplicaram. A partir desta altura houve uma queda inicialmente brusca e depois mais gradual até

⁴¹ T.S.Ashton. *A Revolução Industrial*, p. 169.

⁴² *Ibid*, p. 169

1830, quando se atingiu um nível ligeiramente abaixo do de 1790 e em metade inferior ao de 1814. Ele conclui dizendo que a responsabilidade por apenas algumas dessas flutuações pertence à “revolução industrial”.⁴³ O autor, no entanto, não leva em consideração a grande mobilidade de bens e mercadorias que passou a ocorrer no período, em decorrência do aumento no número de indústrias.

Outro estudioso do assunto, F. Iglesias, analisa da seguinte maneira o período:

“Se quisermos datar a Revolução Industrial teremos algumas dificuldades. É sempre embaraçoso encontrar a data que diga quando começa a funcionar certa máquina ou aspecto da vida econômica: quem fez e quando foi feito o primeiro instrumento agrícola, quando e onde se domesticou o cavalo? Quando e por quem foi reconhecido o potencial do vapor?”⁴⁴

Apesar de a data suscitar dúvidas, o autor diz que não há como questionar o local: foi a Inglaterra e parte da Escócia, pois o País de Gales e a Irlanda viviam em condições semelhantes às partes mais pobres da Europa e nada ou pouco tiveram a ver com a indústria no período citado.⁴⁵ Mas, neste caso, o autor deveria ter levado em consideração que a Inglaterra e a Escócia também apresentavam condições adversas tanto para os ricos como para os pobres, que não eram poucos como veremos adiante.

Do ponto de vista social, no entanto, o autor A. Birnie faz uma ressalva para enfatizar as grandes mudanças ocorridas na época. Para ele, com a “revolução”, as modificações foram tão amplas e profundas, tão dramáticas na

⁴³ *Ibid*, p. 169-70

⁴⁴ F.Iglesias. *A Revolução Industrial*, p. 51

⁴⁵ *Ibid*, p. 51

sua combinação de progresso material e sofrimento social, que, nesse caso, até poderiam ser classificadas como “revolucionárias”. Denominá-las dessa forma, segundo ele, ajuda a entender que a modificação econômica durante os séculos XVIII e XIX foi maior do que em qualquer época anterior, e que o preço exigido sob a forma de sofrimento social foi maior do que o geralmente pesado.⁴⁶

Por mais “rápida” que pareça ter sido, a “revolução industrial” estaria relacionada com causas remotas.

Nesse sentido, Marshall afirmou:

“Os quatro ou cinco decênios nos quais se desenvolveu com maior intensidade a primazia da Inglaterra, se designam às vezes como os decênios da “revolução industrial”, quando, na verdade, o que se verificou então não foi uma revolução, senão que simplesmente uma etapa de uma evolução que vinha se desenrolando durante centenas de anos, quase sem interrupção.”⁴⁷

Na época, a Grã Bretanha, além de ser a detentora única de extenso mercado ultramarino, contava com outras vantagens que lhe permitiam desempenhar o papel de pioneira industrial. Dispunha do capital necessário para efetuar experiências industriais. O comércio exterior permitia que seus negociantes acumulassem recursos, e seu eficiente sistema bancário fazia com que esses recursos fossem utilizados com o máximo de vantagens. As condições sociais e políticas do país eram favoráveis ao desenvolvimento industrial. Dentro de suas fronteiras, a Grã Bretanha tinha completa liberdade

⁴⁶ A. Birnie, *História Econômica da Europa*, p. 13

⁴⁷ Guillebaud, C. W. *Alfred Marshall - Obras Escogidas*, p. 17

de comércio, e sua posição insular resguardou-a de muitas das conseqüências desastrosas das guerras que assolavam o continente.⁴⁸

Um dos principais fatores que teriam contribuído para a “revolução industrial” seria uma importante alteração na técnica industrial: a substituição de várias ferramentas pelas máquinas a vapor. Com isso, os setores que mais se desenvolveram e caracterizaram esse período foram: a tecelagem, com os tecidos de algodão e as novas formas de fiação, e a indústria pesada, com a mineração e a metalurgia.⁴⁹

Foram exibidas, com grande pompa, as invenções que transformariam o mundo. Fazia-se funcionar diante dos visitantes as máquinas agrícolas ou industriais ou ainda o telégrafo elétrico. Expunham-se móveis que, graças às novas técnicas, poderiam ser reproduzidos em grande número, transformando e uniformizando o cenário da população mais abastada. Assistia-se realmente ao nascimento de um novo modo de vida: em 1842, a Rainha Vitória e seu marido, Albert, tomam o trem pela primeira vez, que desde então não parou mais de interligar cidades e estabelecer uma nova organização social.⁵⁰

Segundo Iglesias, no entanto, o ritmo em que se conhecia as inovações era lento. Os inventos do século XVIII demoraram para ser colocados em prática. “Sabe-se do êxito da máquina de Watt, ainda em 1830, sessenta anos depois de sua patente, apesar da superioridade relativamente às outras que continuavam em uso”⁵¹.

⁴⁸ A. Birnie, *op.cit.*, p. 16

⁴⁹ F.Iglesias, *op.cit.*, p. 51

⁵⁰ A. Muhlstein. *Vitória: retrato da rainha*, p. 46

⁵¹ F.Iglesias, *op.cit.*, p. 68

Entretanto, o invento de Watt foi, de todos da época, o de maior repercussão. No fim do século começa a ter seu uso generalizado. A lançadeira volante de John Kay, de 1733, tinha uso limitado ainda em 1820. O tear mecânico de Cartwright, de 1784, só foi empregado em alta escala depois de 1820. A indústria algodoeira doméstica persistiu até 1830, pois havia resistência de chefes de família ao trabalho em fábrica. Somente na década de 40 é que o número de tecelões operando em teares mecânicos ultrapassou o de tecelões que continuavam trabalhando em teares manuais. A extinção só ocorreu na década de 50.⁵²

Os empresários, segundo Iglesias, não gostavam de se arriscar com inovações e velhas peças continuavam em uso.

“Na Escócia, no início do século XIX, era comum ver mulheres carregando carvão nas costas pelas escadas, trinta metros ou mais, quando a máquina a vapor podia trazer o carvão mais rápida e comodamente.”⁵³

Para entendermos este período, é importante analisarmos também por meio do olhar de quem viveu essa época. K.Marx (1818-1883), por exemplo, disse que a transformação trazida pela “revolução industrial” pode ser resumida pela substituição de ferramentas acionadas por energia humana por máquinas movidas por energia motriz.

Vejamos a interpretação de Marx para o período:

“A máquina-ferramenta, que serve de ponto de partida para a revolução industrial, substitui o operário, que maneja uma só ferramenta, por um mecanismo que opera numa só vez uma quantidade de ferramentas idênticas ou análogas e é posto em movimento por uma única força

⁵² *Ibid*, p. 69

⁵³ *Ibid*, p. 69

motriz, seja ela qual for. Para que a máquina possa alargar seu campo de ação e aumentar o número de suas ferramentas operando numa só vez, o mecanismo do movimento deve ser consideravelmente aumentado. Para vencer sua própria resistência, esse mecanismo reclama uma força motriz superior à do próprio homem tanto mais que o homem se mostra imperfeito como instrumento de produção quando se trata de criar um movimento uniforme e contínuo.”⁵⁴

Assim como na análise de Marx, na visão de um estudioso atual, como J. Arruda, esta mudança técnica também faz-se acompanhar por uma mudança vital nas relações sociais de produção, pois, cria-se o trabalhador coletivo no sistema de fábricas em substituição ao trabalhador parcelar da velha manufatura.⁵⁵

A expansão industrial gerou um aumento brutal no tráfego de trocas internacionais de mercadorias e consolidou a economia de forma intensa. Naquela época, estava se formando uma economia mundial em que os países eram de tal modo dependentes uns dos outros que um empurrão num deles ameaçava inevitavelmente colocar todos os outros em movimento.⁵⁶

Com o auge da “revolução industrial”, se estabelece firmemente o liberalismo econômico e o *laissez-faire*⁵⁷. Com base nessa nova organização econômico-social, surgem dois cenários: de um lado, os donos de fábrica que se fortalecem; de outro, os empregados e os primeiros movimentos sindicais. A vida dos trabalhadores, no entanto, era marcada pela insegurança de emprego.

⁵⁴ K. Marx. *O Capital*, p. 82-3

⁵⁵ J.J.A.Arruda. *Revolução Industrial e Capitalismo*, p. 18

⁵⁶ E. Hobsbawm. *A Era do Capital*, p. 50.

⁵⁷ *Laissez-faire* significa “deixem fazer, deixem passar”; filosofia econômica que começou no século XVIII e que defendia a existência de um mercado livre nas trocas comerciais, de tal forma que o mercado seria capaz de se auto-regular e se ajustar aos interesses de todos. Exemplos de como essa filosofia econômica foi utilizada podem ser encontrados em P. Strathern, *Uma breve história da economia*, p. 68 e 75-7

Eles não sabiam quanto tempo iria durar o emprego atual ou, se viessem a perdê-lo, quando voltariam a encontrar outro e em que condições.⁵⁸

Já os donos de fábricas viviam preocupações de natureza oposta. Para eles, o problema era mais uma questão de administrar os gastos do que o de contê-los. Eles tinham de aprender a conciliar a moral da abstinência, moderação e contenção com a realidade do sucesso burguês, já que eles não viviam mais numa economia familiar de escassez ou num nível social distanciado das tentações da alta sociedade.⁵⁹

Assim a chamada “revolução” teve duplo caráter: produziu conseqüências econômicas e também sociais de grande alcance. O desenvolvimento industrial rompeu com a organização simples e desviou as atividades da agricultura para a indústria.⁶⁰ A população foi arrebanhada das terras, superpovoando as cidades. O operário braçal deu lugar à máquina, a oficina à fábrica.

Com o aumento populacional e a urbanização começaram os movimentos populacionais. Muitas pessoas abandonavam o campo pelas cidades em busca de trabalho e melhores salários. A industrialização atraía não só os homens rurais como também os estrangeiros, o que fez intensificar a imigração, sobretudo, de irlandeses e judeus da Europa central. Os mais pobres passaram a aceitar qualquer condição e salário, o que levou ao aviltamento das rendas, com a conseqüente luta dos nativos contra eles.⁶¹

⁵⁸ E. Hobsbawm, *op cit*, p.231

⁵⁹ *Ibid.*, p.247

⁶⁰ A. Birnie, *op.cit*, p. 9

⁶¹ F. Iglesias, *op.cit.*, p. 99

Se de fato houve uma “revolução industrial”, as conseqüências sociais disso tem sua origem também no crescimento populacional. Mais da metade da população vivia em cidades em 1851 e, no final do século XIX, quase 80% já estava nos grandes centros. No espaço de pouco mais de um século, o Reino Unido passou de uma nação predominantemente rural e formada por pequenas cidades para uma nação de grandes centros urbanos. Em 1801, havia 15 cidades na Inglaterra e País de Gales, com mais de 20 mil habitantes. Em 1851, passaram a existir 63.⁶²

Nesse ponto, Londres espelha bem essa realidade. Segundo P. O’Brien e R. Quinault, em 1650, foi estimado que 7% do total da população vivia na capital, comparado com 11% em 1750. Em 1801, Londres era a maior cidade da Europa, senão do mundo, com uma população de aproximadamente um milhão. A divisão do total da população urbana de Londres continuou crescendo até final do século XVIII. Londres continuou em crescimento, mas, depois de 1801, a divisão de população urbana começou a declinar e as taxas mais altas de crescimento urbano foram registradas nos novos centros comerciais.⁶³

O impacto externo de crescimento econômico pode também ser visto a partir das quatro regiões mais industrializadas: Yorkshire, Staffordshire, Warwickshire and Lancashire, cujo crescimento do total da população urbana passou de 17%, em 1781, para 26%, em 1861. Segundo O’Brien e Quinault, apesar da população urbana ter ficado praticamente estável na segunda metade do século XIX, os problemas da urbanização de grandes cidades não

⁶² P. O’Brien e R. Quinault. *The Industrial Revolution and British Society*, p. 235

⁶³ *Ibid*, p. 235

foram amenizados por isso. “Londres tornou-se o foco nacional de preocupação sobre crime, tumulto e desordem.”⁶⁴

Ocupando a posição de maior centro urbano, Londres teve papel crucial na economia nacional. No final do século XVIII, muito da agricultura produzida na metade sul da Inglaterra servia para abastecer Londres. Mas Londres foi mais do que um centro de consumo. Em 1851, a cidade possuía ainda a maior concentração de fábricas do país. Em 1861, Londres empregava quase um milhão de trabalhadores, 14,9% do total de empregados no País.⁶⁵

A princípio, as aglomerações industriais eram um tanto difusas, pois as indústrias em torno das quais haviam se formado não estavam ainda completamente consolidadas. Segundo Arruda, as primeiras fábricas dependentes da energia hidráulica tinham que se estabelecer nas proximidades das cidades, aproveitando-se para ali adquirir a subsistência necessária e, eventualmente, vender os seus produtos. Assim, considerando-se que nos primórdios da industrialização os fios produzidos pelas máquinas tinham de ser tecidos pelos tecelões dispersos na zona rural, tornava-se impossível a concentração total de mão-de-obra ao redor da fábrica.⁶⁶

A partir do surgimento da máquina a vapor esse quadro muda, segundo Arruda. As máquinas poderiam concentrar-se nos centros urbanos mais populosos e, principalmente, nos centros urbanos mais estratégicos do ponto de vista de circulação e dos transportes. O desenvolvimento industrial desloca-

⁶⁴ *Ibid*, p. 236

⁶⁵ *Ibid*, p. 236

⁶⁶ J.J.A.Arruda, *op.cit.*, p. 73

se para o Norte da Inglaterra. O Sudoeste, outrora próspero entra em decadência.⁶⁷

Surtem as grandes cidades como Manchester, cuja população elevou-se de 30 mil habitantes em 1760 para 73 mil, em 1800. Assim a fase idílica do trabalho no campo havia passado. O ritmo inesperado e impetuoso da expansão urbana não fora acompanhado por adequados serviços urbanos. A produção e o transporte de alimentos certamente declinou em muitas das grandes cidades até o advento da estrada de ferro. A emergência do sistema fabril revoluciona completamente as estruturas de produção. Assim a manufatura se transforma constantemente em fábrica, o artesanato em manufatura e, finalmente, os resquícios do artesanato e do trabalho doméstico transformam-se, rapidamente, em antros de miséria.⁶⁸

Contudo, este avanço das máquinas, segundo Arruda, somente se completaria entre os anos de 1820 e 1830. Até lá, em torno dos grandes centros produtores, multiplicou-se o número de artesãos pré-industriais, de determinados tipos de trabalhadores qualificados. A indústria a domicílio se converteu numa espécie de seção externa da fábrica.⁶⁹

Em meados do século XIX, começaram as manifestações em Londres. Os trabalhadores, muitos perderam o emprego com a substituição pelas máquinas, viviam na miséria que já atingia todo o país. A mecanização desqualificava o trabalho, o que tendia a reduzir o salário. Havia freqüentes paradas de produção para a realização de manifestações por melhores condições de trabalho, o que resultava, muitas vezes, em desemprego. Nessas

⁶⁷ *Ibid*, p. 73

⁶⁸ *Ibid*, p. 74-5

⁶⁹ *Ibid*, p. 75

condições de trabalho, caíam os rendimentos, contribuindo para reduzir a média de vida.⁷⁰

Em Londres, escrevia Engels (1825-1895)⁷¹, “todas as manhãs, cinqüenta mil pessoas começam o dia sem saber onde dormirão à noite. É o começo da era industrial, da monstruosa exploração dos homens, do trabalho imposto a crianças de cinco anos, da miséria, muitas vezes da fome.”⁷²

1.3 A nova Escola como resposta e a força dos sindicatos

Como foi visto, a prosperidade econômica não se refletiu de maneira positiva nas relações sociais. Muito pelo contrário, os problemas sociais só se agravaram nesse período, e será na ciência que os estudiosos vão buscar a solução para o empobrecimento. Dessa forma, o ambiente era propício para o surgimento de uma nova escola. As condições da Inglaterra naquele momento, com os trabalhadores sofrendo o impacto da vida nas empresas e as diferenças sociais se aprofundando, faz os estudiosos da época pensarem em soluções que passam pelos estudos econômicos.⁷³

Os estudos econômicos, por sua vez, estavam impregnados de uma visão humanitária, pois surgem dentro dos cursos de Moral e História. Marshall,

⁷⁰ *Ibid*, p. 76-7

⁷¹ Friedrich Engels foi um filósofo alemão que junto com K. Marx fundou o chamado socialismo científico ou comunismo. Ele foi co-autor de diversas obras com Marx, e entre as mais conhecidas destaca-se o *Manifesto Comunista*. A esse respeito, vide E.K. Hunt & H.J.Sherman. “As Doutrinas Socialistas: a Teoria Econômica de Marx” in _____. *História do Pensamento Econômico*, p. 91-106.

⁷² A. Muhlstein, *op.cit.* p. 65.

⁷³ O surgimento de conflitos sociais claros e endêmicos tornou a comunidade acadêmica e os círculos políticos e culturais críticos à maneira de se analisar as questões econômicas. Assim eles foram impulsionados a novas reflexões acerca do assunto, bem como à institucionalização de uma área. Para um maior aprofundamento, vide R.Feijó, *op.cit.*, p. 246-8.

especialmente, vai retomar a moral protestante da época. Assim, como foi visto anteriormente, é na Inglaterra que a economia enquanto ciência encontra mais força para se estabelecer firmemente, do que na Alemanha e na França que também tinham seus pensadores econômicos.⁷⁴

O estabelecimento da economia no sentido *strictu sensu* ocorre justamente na Inglaterra, conforme já foi indicado, por uma conjunção de fatores. O principal deles talvez seja a imbricação entre a notável prosperidade econômica inglesa, impulsionada pelo crescimento da industrialização, e os problemas sociais que só se agravaram nesse período. Esse abismo “econômico e social” instalado teria acelerado os estudos econômicos em direção a tentar propor soluções.

Apesar de viver em Cambridge, fora de grandes centros, Marshall acompanhava as condições sofríveis da sociedade inglesa. Preocupado com as questões humanitárias, Marshall encontrou na economia um instrumento para lidar com esses problemas.⁷⁵ Para ele, o combate à pobreza era a razão de ser da economia.

Assim Marshall define “Economia Política” (*Political Economy*) ou “Economia” (*Economics*) como sendo um estudo da humanidade nas

⁷⁴ O pensamento econômico ao longo do século XIX encontra-se bastante dividido entre diferentes doutrinas econômicas que disputavam hegemonia entre os países europeus. Essa segmentação era reforçada diante da escassa comunicação entre a Inglaterra e o continente europeu. Particularmente entre 1840 e 1860 praticamente não se verifica intercâmbio de idéias entre uma região e outra. Assim é notório o isolamento dos estudos econômicos ingleses no período, Cf. R.Feijó, *op.cit.*, p. 233-4.

⁷⁵ Marshall abandonou completamente as pretensões à carreira clerical depois de ganhar o *Fellowship* em St.John. Em troca, aprofundou-se cada vez mais no estudo dos fundamentos filosóficos da moral, que, para ele, eram a base do comportamento humano e da organização social. Freqüentando as reuniões fechadas do *Grote Club*, uma sociedade de debates, afastou-se da teologia e acabou abandonando a religião, Cf. R.Feijó, *op cit.*, p. 310.

atividades correntes da vida.⁷⁶ Logo na Introdução do capítulo 1 de *Princípios*, Marshall diz que a economia é responsável por examinar a ação individual e social em seus aspectos mais estreitamente ligados à obtenção e ao uso dos elementos materiais do bem-estar.⁷⁷

Naquela época, havia inquietação social, tanto na cidade como no campo. Muita gente receava que um rápido aumento de população esgotasse os meios de subsistência⁷⁸. Principalmente com o crescimento demográfico nas grandes cidades.

A vida nas fábricas era penosa e mulheres e crianças passaram a fazer parte da mão-de-obra. As crianças recebiam apenas entre um terço e um sexto do pagamento dispensado a um homem adulto e, muitas vezes, recebiam apenas alojamento e alimentação. Os contratos das crianças eram por sete anos, e os patrões comprometiam-se a dar-lhes formação profissional, educação religiosa e moral. A maior parte das crianças era contratada nas paróquias, junto aos responsáveis pelas casas assistenciais, que livravam-se, por este meio, das despesas de sustento. Muitos pais recusavam-se a permitir que seus filhos fossem para às fábricas nestas condições, porém, em situação de pobreza se viam obrigados a deixar.⁷⁹

O relato da vida das crianças nas fábricas chega a ser cruel. Segundo Arruda, elas trabalhavam até 18 horas por dia sob as ordens de um capataz que ganhava por produção. Os acidentes de trabalho eram freqüentes, bem

⁷⁶ Ao longo do livro, Marshall utiliza os dois termos: economia política ou economia. Mas o autor deixa evidente sua preferência, quando diz que “é melhor, para designá-la, servir-se da expressão lata de economia, do que da mais restrita economia política”, vide A. Marshall. *Princípios de Economia*, p. 54.

⁷⁷ *Ibid.*, p. 23

⁷⁸ E.L. Woodward. *Uma História da Inglaterra*, p. 176

⁷⁹ J.J.A. Arruda, *op.cit.*, p.76

como má alimentação, falta de higiene, de ar ou de sol, imoralidade e depravação nos alojamentos. O trabalho feminino era igualmente muito importante. Consta-se que, em 1835, do total de 221.169 empregados, 129.283 eram mulheres, contra 100.886 homens, representando, portanto, mais de 50% da mão-de-obra empregada na indústria têxtil de algodão.⁸⁰

Com a industrialização, os trabalhadores passaram a enfrentar problemas das mais diversas ordens. Desde a extensa jornada de trabalho, falta de seguro para o trabalho até ser obrigado a morar em casas fornecidas pela fábrica tendo que pagar pesados aluguéis. A falta de proteção fazia com que muitos trabalhadores se ferissem. O número de acidentes ocorridos, numa única fábrica, entre 1852 e 1856, chegou a seis casos de morte e 60 mutilações graves. Os donos das fábricas não davam nenhum tipo de indenização.⁸¹

O progresso tecnológico e o impacto sobre o trabalho se acentuou em ritmo acelerado. Em 1820, um trabalhador acionava um tear; em 1880, tinha que trabalhar com cinco teares. Isso refletiu sobre os salários. Em 1764, uma fiadora ganhava de 10 a 15 centavos de libra por dia, em 1780 entre 3 e 5. Assim a situação dos trabalhadores era muito instável. Para isso contribuía a concorrência do trabalho feminino, infantil e dos emigrantes, estes últimos, sobretudo, na indústria da construção civil.⁸²

Uma outra razão era a flutuação decorrente das paralisações periódicas da produção em função dos períodos de crise. Em 1842 foram despedidos dois

⁸⁰ *Ibid*, p. 77

⁸¹ *Ibid*, p. 78

⁸² *Ibid*, p. 80

terços dos trabalhadores de Boulton; vinte por cento dos trabalhadores de Nottingham tiveram o mesmo destino. Essas flutuações cíclicas eram decorrência dos desajustes entre o sistema produtivo e as condições de consumo que eram, essencialmente, mundiais.⁸³

Assim, a situação dos empregados ingleses na época, como diz o historiador E. Hobsbawm, era difícil:

“Diante da catástrofe social que não conseguiam compreender, empobrecidos, explorados e jogados em cortiços onde se misturavam o frio e a imundície, ou nos extensos complexos de aldeias industriais de pequena escala, mergulhavam na total desmoralização.”⁸⁴

A diferença entre os trabalhadores e os patrões resultou nos primeiros movimentos sindicais e populares. Assim o sindicalismo inglês se abriu ao grande exército de trabalhadores sem profissão definida. Até então, quase que só os trabalhadores especializados e muito bem pagos faziam parte dos sindicatos. Somente na década de 1880-90 é que o trabalhador não-especializado entrou para a área da organização sindical.⁸⁵

Marshall envolveu-se com as questões sindicais e apoiou esses movimentos. No livro *Princípios*, ele faz explícitas afirmações de que a pobreza decorre de condições estruturais, políticas e sociais, e que a sua atenuação não está no aperfeiçoamento ou numa mais eficiente operação do sistema de mercado livre, mas, antes, impondo-lhe medidas drásticas pelo governo e apoiando o crescimento de associações voluntárias e sindicatos trabalhistas.

⁸³ *Ibid*, p. 80

⁸⁴ E.Hobsbawm, *A Era das Revoluções*, p. 223.

⁸⁵ A. Birnie, *op.cit*, p. 177

Segundo ele, o objetivo dominante da economia era contribuir para a solução dos problemas sociais.⁸⁶

Os sindicatos começam a ganhar força a partir do século XVIII, quando um grande número de indústrias inglesas já tinha se desenvolvido bastante de modo a provocar profunda cisão entre empregadores e empregados. Isso ocorria na indústria de tecidos, no comércio de roupas de moda, no ofício de laminação de ouro e na fabricação de feltros. Eram muito freqüentes nesses ramos de comércio as questões industriais tratadas por organizações provisórias de trabalhadores. Assim, embora tenha havido em 1699, em Londres, uma greve dos trabalhadores em artigos de feltro, foi somente com o grande desenvolvimento industrial - que começou a reunir, nas cidades fabris, massas de proletários pobres - que as associações de trabalhadores entraram em funcionamento regular.⁸⁷

Os mais antigos sindicatos eram, na maioria, constituídos de pequenos clubes locais cujo principal objetivo não era tanto tratar dos casos coletivos com os patrões, mas, sim, assegurar a vigência das leis trabalhistas de proteção ao trabalhador promulgadas anteriormente. Em 1799 e 1800, no entanto, surgem as Leis Contra a Conjura. Em virtude da Revolução Francesa, o Congresso resolveu acabar com toda associação popular. Assim o sindicalismo foi declarado movimento criminoso. Qualquer trabalhador que entrasse para um sindicato ou tomasse parte em greves ficava sujeito a julgamento por dois magistrados e à pena de três meses de prisão.⁸⁸

⁸⁶ A. Marshall, *op.cit.*, p. 52

⁸⁷ A. Birnie, *op.cit.*, p. 171

⁸⁸ *Ibid*, p.172

Em 1825, porém, uma lei passou a reconhecer formalmente o sindicalismo. No início de 1830, houve a Fundação dos Grandes Sindicatos Nacionais Consolidados, com cerca de meio milhão de associados. Uma das intenções na época era que os sindicatos encampassem as principais indústrias do país, administrando-as em benefício dos trabalhadores, forçando os donos das fábricas a cederem em função da greve geral. Sucessivos planos dos sindicalistas acabaram não dando resultados, e os Sindicatos Nacionais perderam força. Os esforços pela reconstrução sindical continuaram durante as décadas de 1840 a 1860, dos quais surgiu um novo tipo de sindicato guiado por um chefe sindicalista de estilo novo. *The Amalgamated Society of Engineers* constitui o primeiro e melhor exemplo do que era chamado de novo sindicalismo dessa época.⁸⁹

Segundo M. Pearce e G. Stewart, os engenheiros eram a categoria profissional que poderia pagar os custos com os sindicatos porque ganhavam melhor. “Esse novo modelo de sindicatos ficou localizado em grupos específicos.”⁹⁰

Essa nova formatação dos sindicatos apresentava algumas características diferentes para época: tratava-se de um sindicato de âmbito nacional e não local; limitava-se a trabalhadores especializados; cobrava elevadas contribuições e distribuía com os sócios benefícios de auxílios mútuos. Possuía, portanto, mais probabilidade de subsistir do que qualquer outra organização anterior da classe trabalhadora. Nas décadas seguintes, muitos outros sindicatos desse tipo foram criados. A direção do movimento

⁸⁹ *Ibid*, p.175

⁹⁰ M.Pearce e G.Stewart. *British Political History*, p. 235.

deixou de ter uma visão revolucionária para assumir uma direção mais moderada.⁹¹

Na década de 80 e 90, o movimento sindical assume outra configuração. O sindicato passa a ser um organismo puramente de luta, sem benefício de auxílio mútuo e com mensalidades baratas. Essa nova forma de sindicalismo provocou a formação de muitos outros sindicatos de trabalhadores, aumentando consideravelmente o número de empregados arrematados.⁹²

Segundo Hunt e Sherman, apesar da disputa de classes, entre trabalhadores e empresários, a formulação capitalista triunfou. O lema do pensamento econômico, político e social do mundo burguês, no século XIX, apropriou-se de idéias biológicas e tornou-se a “luta pela sobrevivência”. Somente os “mais capazes” sobreviveriam, sendo sua capacitação comprovada não apenas por sua sobrevivência, mas também por sua dominação. Conforme veremos no capítulo II, essa teoria ficou conhecida como “darwinismo social” e considerava socialmente benéfico a concentração de poder, bem como das riquezas e rendas pessoais, que atribuíam como resultado do grau evolutivo dos homens abastados.⁹³

A maior parte da população passou a depender daqueles cuja superioridade econômica, tecnológica e conseqüentemente militar era incontestada e parecia indestrutível, como as economias e Estados da Europa

⁹¹ A. Birnie, *op.cit.*, p. 175

⁹² *Ibid*, p. 178

⁹³ E.K. Hunt & H.J. Sherman, *op.cit.*, p. 122

central e do norte e os países estabelecidos por seus imigrantes, especialmente os Estados Unidos.⁹⁴

Diante deste cenário, Marshall passou a questionar as situações cotidianas e, principalmente, a pobreza, condição intimamente relacionada com as questões econômicas.

“Mas as condições que envolvem a extrema pobreza, especialmente em lugares densamente habitados, tendem a amortecer as faculdades superiores. Aqueles que têm sido chamados a escória das nossas grandes cidades têm pouca oportunidade para a amizade; nada conhecem do decoro e do sossego, e muito pouco mesmo da união da vida de família; e a religião freqüentemente não chega a alcançá-los. Se suas doentias condições físicas, mentais e morais são em parte devidas a outras causas alheias à pobreza, é esta, sem dúvida, a causa principal.”⁹⁵

Assim, como veremos no capítulo a seguir, Marshall passou a repensar qual era o objeto da economia, qual era a função dos estudos econômicos na sociedade e, sobretudo, como os novos profissionais desse campo deveriam atuar para tentar resolver os males que afligiam os grandes centros.

⁹⁴ E. Hobsbawm, *A Era do Capital*, p.135

⁹⁵ A. Marshall, *op.cit.*, p. 23-4

CAPÍTULO 2:

Bases científicas e filosóficas para a definição de uma nova ciência econômica por Marshall

2.1 O conceito de economia

Na obra *Princípios de Economia*, cuja publicação ocorreu em 1890, Marshall dedica o primeiro livro, de um total de seis, para analisar em detalhes os primeiros rudimentos do que viria a se tornar a Ciência Econômica. Para esta dissertação, portanto, vamos nos ater ao livro primeiro e também ao apêndice B e C que trazem reflexões importantes para o objeto aqui proposto. Nos demais livros, Marshall vai explicar suas teorias a respeito da atividade econômica, dentre as quais destacamos algumas delas, como a questão da introdução do tempo na análise econômica e da lei da oferta e da procura.⁹⁶

Logo na abertura do capítulo 1, Marshall já pretende conceituar a economia e nos apresenta sua definição para o termo:

“Economia Política ou Economia⁹⁷ é um estudo da humanidade nas atividades correntes da vida; examina a

⁹⁶ Para saber mais a respeito dessas duas teorias, especificamente, vide os livros terceiro e quinto de Marshall.

⁹⁷ Apesar de nossa análise se basear na tradução de *Princípios de Economia*, ao fazermos o cotejamento com a versão original em inglês, notamos que Marshall usa o termo Economia ou Economia Política, com letras maiúsculas, apenas na frase citada acima, que está na abertura do livro. Todas as outras vezes, os termos irão aparecer com letra minúscula, indicando que ainda não havia uma área formalizada ou sistematizada de saber a respeito do assunto. Na tradução que estamos usando, os termos constam com letra maiúscula. Aqui, porém, vamos seguir a versão original de Marshall e manter em letras minúsculas daqui para a frente. Para comparar a grafia dos termos, vide *Principles of Economics*, p.1, em que consta “Political Economy or Economics” e p.10, por exemplo, em que consta “subject-matter of economics”, enquanto a tradução substituiu por “matéria da Economia”, p. 29, entre outros exemplos.

ação individual e social em seus aspectos mais estreitamente ligados à obtenção e ao uso dos elementos materiais do bem-estar.”⁹⁸

Marshall complementa sua explicação em seguida ao dizer que os estudos econômicos podem ter dois sentidos ao mesmo tempo: de um lado é um estudo da riqueza; e de outro, e mais importante, segundo ele, uma parte do estudo do homem. Ele justifica dizendo que o caráter do homem tem sido moldado indiretamente pela economia, pelo seu trabalho cotidiano e pelos recursos materiais que busca por esse meio.⁹⁹

O autor explica que a ocupação pela qual uma pessoa ganha a vida marca, geralmente, os seus pensamentos durante a maior parte das horas. Nesse período, o caráter vai se formando pela maneira como ela usa das suas faculdades no trabalho, pelos pensamentos e sentimentos que este sugere, e pelas suas relações com os companheiros de trabalho, os seus chefes ou empregados. Nesse ponto, o autor diz que a influência da economia no desenvolvimento do homem só perde para os ideais religiosos.¹⁰⁰ Sabemos, que, nessa época, tais ideais eram mantidos fortemente pela moral protestante do período Vitoriano.

Marshall volta a definir o que são os estudos econômicos logo na abertura do capítulo 2, intitulado a “Substância da economia”. Assim, ele apresenta uma versão mais detalhada do que viria a ser a Ciência Econômica:

“A economia é um estudo dos homens tal como vivem, agem e pensam nos assuntos ordinários da vida. Mas, diz respeito, principalmente, aos motivos que afetam, de um

⁹⁸ A. Marshall, *Princípios de Economia*, p. 23

⁹⁹ *Ibid*, p. 23

¹⁰⁰ *Ibid*, p. 23

modo mais intenso e constante, a conduta do homem na parte mais comercial da sua vida.”¹⁰¹

Segundo ele, o motivo mais constante para a atividade dos negócios é o desejo da remuneração, a recompensa material do trabalho. Essa remuneração, diz ele, poderá ser gasta egoística ou altruisticamente, para fins nobres ou mesquinhos, e nisto influi a variedade da natureza humana. O motivo, entretanto, segundo ele, é dado por uma determinada soma em dinheiro: “e é esta exata e determinada medida em dinheiro que permitiu à economia avançar sobre os demais ramos do estudo do homem”.¹⁰²

Nesse ponto, Marshall ressalta que é importante entender o lugar da economia dentro das ciências e faz uma análise detalhada sobre o assunto. Para ele, a economia está inserida no ramo da ciência social, mas leva ligeira vantagem, pois pode ser medida já que se trata de uma determinada e exata quantia em dinheiro.

“Assim como a balança de precisão do químico torna a química mais exata do que as outras ciências físicas, do mesmo modo a balança do economista, apesar de grosseira e imperfeita, deu à economia uma exatidão maior do que a de qualquer outro ramo da ciência social”.¹⁰³

Aqui, Marshall tenta classificar os estudos econômicos o mais próximo possível das ciências exatas, como que para dar “credibilidade” ao que viria ser essa ciência, de acordo com o que sugeria a corrente filosófica de A. Comte vigente no período.

¹⁰¹ *Ibid*, p. 33

¹⁰² *Ibid*, p. 33

¹⁰³ *Ibid*, p. 33

Apesar disso, Marshall faz uma ressalva e diz que a economia não pode ser comparada com as ciências exatas, pois ela se relaciona com as forças sutis e sempre mutáveis da natureza humana. Segundo o autor, a matéria da química é sempre a mesma, mas a economia, assim como a biologia, trabalha sobre matéria cuja natureza íntima e constituição, bem como forma exterior, estão constantemente variando.¹⁰⁴

2.2 Uma nova ciência na classificação de A.Comte

Ao tentar delimitar a área de atuação da economia e entender onde ela se encaixa, se nas ciências exatas ou nas sociais e por quê, Marshall estaria dialogando com a corrente de seguidores do filósofo francês Augusto Comte (1798-1857), e propondo uma nova ciência dentro da hierarquia estabelecida por esse filósofo.¹⁰⁵

Como se sabe, Comte teve uma influência dominante no século XIX e vai classificar as ciências a partir do que ele chamou de filosofia positiva. O aspecto marcante dessa filosofia pode ser sintetizada pela “lei dos três estados”. São eles: teológico, metafísico e positivo.¹⁰⁶

A lei dos três estados não é uma lei acerca do desenvolvimento das sociedades, mas ela é relativa ao desenvolvimento dos métodos de investigação, do conhecimento. Sua proposição é que todas as ciências passam por essas três fases do desenvolvimento do espírito humano. Pode-se

¹⁰⁴ *Ibid*, p. 349, Apêndice C.

¹⁰⁵ Para saber mais sobre Comte nesse período vide, por exemplo, o autor G. Cotrim, *Fundamentos da Filosofia*.

¹⁰⁶ A.Comte. *Curso de Filosofia Positiva*, p. 43

encontrar, então, ciências que estejam vivendo seu estado positivo ao lado de outras que ainda não se desvencilharam dos estados teológico e metafísico.¹⁰⁷

No estado teológico, o espírito humano, segundo Comte, conduz sua investigação para a natureza íntima dos seres e apresenta os fenômenos como produzidos pela ação direta e contínua de agentes sobrenaturais. A intervenção arbitrária desses seres explica “todas as anomalias aparentes do universo”. O estado metafísico, diz Comte, nada mais é do que simples modificação geral do primeiro, os agentes sobrenaturais são substituídos por forças abstratas, verdadeiras entidades inerentes aos diversos seres do mundo e concebidas como capazes de engendrar todos os fenômenos observados.¹⁰⁸ Ou seja, no estado teológico predomina a imaginação, enquanto no metafísico existe a argumentação.

Enfim, no estado positivo, segundo Comte, o que predomina é a observação. Assim, o espírito humano, reconhecendo a impossibilidade de obter noções absolutas, renuncia a procurar a origem e o destino do universo, a conhecer as causas íntimas dos fenômenos, para preocupar-se unicamente em descobrir, graças ao raciocínio e à observação, suas leis efetivas, suas relações invariáveis de sucessão e de similitude.¹⁰⁹

Assim, diz Comte:

“Percebe-se, pois, graças a este conjunto de considerações, que, se a filosofia positiva é o verdadeiro estado definitivo da inteligência humana, aquele para o qual sempre tendeu progressivamente, não deixou de precisar, no início e durante uma longa série de séculos,

¹⁰⁷ W. Bonfin, “Esboço de um Programa de Revisão da Tradição Positivista na Sociologia: Durkheim”, Col. CLE, vol. 11, p. 228-9.

¹⁰⁸ A.Comte, *op cit.*, p. 4

¹⁰⁹ *Ibid*, p. 4

quer como método, quer como doutrina provisória, da filosofia teológica; filosofia cujo caráter é ser espontânea e, por isso mesmo, a única possível na origem, a única também capaz de oferecer a nosso espírito nascente o devido interesse. É hoje muito fácil perceber que, para passar da filosofia definitiva, o espírito humano necessita naturalmente adotar, como filosofia transitória, os métodos e as doutrinas metafísicos”.¹¹⁰

Para Comte, uma vez instalado o estado positivo haveria evolução, progresso. As pessoas passariam a pensar por meio de fatos. Dessa forma, a matemática figurava como a principal disciplina na visão comteana, estando acima de todas as outras.

“A ciência matemática deve, pois, constituir o verdadeiro ponto de partida de toda educação científica racional, seja geral, seja especial, o que explica o uso universal, que se estabeleceu desde há muito a esse propósito, duma maneira empírica, embora não tenha primitivamente outra causa que sua maior anciandade relativa.”¹¹¹

De fato, o século XIX assistiu a uma expansão e intensificação da pesquisa matemática. Problemas antigos que pareciam sem solução foram resolvidos, novas áreas de estudos dentro da matemática foram estabelecidas, e em vários ramos dessa disciplina foram assentados novos fundamentos ou velhas reformulações foram revistas.¹¹²

Durante o oitocentos, a matemática desenvolveu-se em todos os campos, na geometria, na análise algébrica e no uso do cálculo, e passou a se ampliar também com o novo campo da estatística. Com isso suas técnicas e descobertas tornaram-se cada vez mais complexas e especializadas.¹¹³

¹¹⁰ *Ibid*, p.6

¹¹¹ *Ibid*, p.39

¹¹² E.Nagel. *A prova de Gödel*, p. XI

¹¹³ C. Ronan. *A. História da Ciência: a ciência nos séculos XIX e XX.*, p.74

A ligação entre os estudos econômicos e a matemática tornou-se direta com Auguste Cournot (1801-1877) e Leon Walras (1834-1910), ambos franceses, que começaram a aplicar a estatística aos fenômenos sociais.¹¹⁴ Segundo essas teorias, o homem passou a ser tratado como se pudesse ser colocado num laboratório e todas suas características externas e internas pudessem ser isoladas, tornando-se o, assim chamado, Homo Economicus. Portanto, no oitocentos, a economia estava impregnada do cálculo matemático.

Marshall, no entanto, apesar de matemático experiente, era cético em relação ao valor absoluto da matemática para os estudos econômicos. Em 1906, ele escreveu:

“Nos últimos anos, tive um sentimento cada vez maior em relação ao meu trabalho de que um bom teorema matemático que trata de hipóteses econômicas dificilmente se transformaria em uma boa economia: e fui muito além das regras – (1) use a matemática como um idioma taquigráfico, em vez de um mecanismo de investigação; (2) guarde-os até que você termine; (3) traduza para o inglês; (4) depois, ilustre com exemplos que sejam importantes para vida real, (5) queime a matemática, (6) se você não conseguir o item (4), queime-o (3). Este último eu fiz com frequência.”¹¹⁵

Com isso, ao mesmo tempo em que Marshall defende a economia como ciência autônoma, ele pretende estabelecer relações da economia com outras áreas do saber. Nesse sentido, Marshall trouxe elementos novos na sua obra à medida em que, não se limitou a fazer uma obra apenas matemática. Dessa forma, Marshall faz uma tentativa de enquadrar a economia fora da ciência social de Comte e, portanto, mais próxima das ciências exatas, conforme veremos a seguir.

¹¹⁴ E. Hobsbawm. *A Era do Capital*, p. 271

¹¹⁵ A. Marshall. *Memorials of Alfred Marshall*. Editado por A.C. Pigou, p. 427.

Comte define quais seriam as ciências fundamentais, segundo sua filosofia positiva. Por ordem crescente de complexidade: a matemática, a astronomia, a física, a química, a fisiologia e a física social.¹¹⁶

Para Comte, das seis categorias apresentadas, a física social seria a única que apresenta uma lacuna, já que não se encontra ainda no estado positivo. Segundo ele, os fenômenos sociais, embora compreendidos implicitamente entre os fisiológicos, merecem, seja por sua importância, seja pelas dificuldades próprias a seu estudo, formar uma categoria distinta. Comte acreditava que esta última ordem de concepções, que se reporta a fenômenos mais particulares, segundo ele, mais complicados e mais dependentes de todos os outros, teve necessariamente por isso de aperfeiçoar-se mais lentamente do que todos os precedentes.¹¹⁷

Lembremos que, segundo Comte, seria preciso, escolher a mais perfeita das disciplinas para ter um sentimento mais profundo do método positivo. Todavia, teria, assim, um conhecimento ainda incompleto do método, pois não seria possível aprender as modificações essenciais que deveria sofrer para adaptar-se aos fenômenos mais complicados.¹¹⁸ Ou seja, o método de uma disciplina como a física social (ou sociologia) ainda estava por ser elaborado.

De todo modo, sob a influência de Comte, o século XIX, foi um período de extrema confiança nas ciências, sobretudo nas naturais. Esse sentimento não era baseado exclusivamente nos resultados, mas na crença da infalibilidade do “método científico”. Segundo Comte:

¹¹⁶ A.Comte, *op cit*, p. 39

¹¹⁷ *Ibid*, p. 9

¹¹⁸ *Ibid*, p. 37

“Ao determinar como finalidade da filosofia positiva resumir num só corpo de doutrina homogênea o conjunto de conhecimentos adquiridos, relativos às diferentes ordens de fenômenos naturais, estava longe do meu pensamento querer proceder ao estudo geral desses fenômenos, considerando-os como efeitos diversos dum princípio único, como sujeitos a uma única e mesma lei”¹¹⁹

A ciência positiva pregava operar somente com fatos objetivos e precisos, ligados rigidamente por causa e efeito, e produzir “leis” uniformes e invariáveis. É o plano racional, segundo Comte, que nos deve guiar constantemente no estudo da filosofia positiva.¹²⁰

Baseadas nessas máximas, as correntes positivistas do século XIX acreditavam que a humanidade havia atingido (ou estava por atingir) o ápice do conhecimento. A “fé” no progresso e a procura da “lei” do progresso repousavam sobre três convicções, segundo o historiador da ciência P. Rossi: que na história está presente uma lei que tende, através de graus ou etapas, à perfeição e à felicidade do gênero humano; que tal processo de aperfeiçoamento é geralmente identificado com o desenvolvimento e com o crescimento do saber científico e da técnica; que ciência e técnica são a principal fonte do progresso político e moral constituindo a confirmação de tal progresso.¹²¹

No entanto, Rossi adverte que “a fé média dos intelectuais foi uma realidade um tanto problemática”.¹²² As ambivalências também estavam presentes e a “fé no progresso” era invadida invariavelmente por um mar de

¹¹⁹ *Ibid.*, p. 19

¹²⁰ *Ibid.*, p.39

¹²¹ P. Rossi. *Naufraágios sem espectador*, p. 96.

¹²² *Ibid.*, p. 122

dúvidas. Assim Rossi esclarece que a “fé” no progresso não é exclusividade do século XIX e que ocorre naturalmente no decorrer da história.

Seria importante, no entanto, lembrar que para Comte as concepções positivas se desprenderam nitidamente do “amalgama supersticioso e escolástico que a encobria” há cerca de dois séculos, quando então é possível determinar a origem aproximada dessa revolução que culminou com a filosofia positiva no século XIX.¹²³

Dessa forma, Comte teria classificado entre as ciências fundamentais, a economia, assim como a política e a ética, dentro do que ele chamava de física social. Marshall, no entanto, conforme já vimos, entende que os estudos econômicos não têm a mesma capacidade de aferição e previsibilidade da química, por exemplo, embora acredite que possam ser quantificadas.

Assim sendo, Marshall tentaria estabelecer uma nova hierarquia na classificação das ciências comteanas ao explicar a economia numa escala diferente da proposta pela filosofia positiva. Já que, para ele, a economia não se enquadrava na física social, mas também não tinha a exatidão das ciências fundamentais. Para Marshall, as leis da ciência econômica estariam a meio caminho entre as leis sociais e as leis da ciência física mais exata.¹²⁴

“Assim não há uma linha divisória forte e distinta entre as leis sociais que devam ou não ser consideradas igualmente como leis econômicas. Pois há uma gradação contínua das leis sociais em que se envolvem motivos que podem ser medidos por preço, para as leis sociais em que tais motivos pouco têm lugar e que são, portanto, muito menos precisas e exatas do que as leis econômicas, na

¹²³ A. Comte, *op cit.*, p. 8

¹²⁴ A. Marshall, *op cit.*, p. 46

mesma relação em que estas se encontram para as ciências físicas mais exatas.”¹²⁵

Como se vê, Marshall não classificaria a economia dentro da chamada física social, já que acredita que ela pode ter maior previsibilidade por lidar com fatores como preços, conforme veremos em maior detalhe nos próximos subitens.

Antes, porém, seria importante indicar que o diálogo de Marshall com a filosofia comteana, provavelmente se deu através de filtros da filosofia inglesa utilitarista, em autores como J.S.Mill. Além da leitura desse autor ter sido parte da cultura acadêmica da época, outra evidência também está no apêndice C, numa nota de rodapé, em que Marshall faz referência a obra *On Comte* escrita por Mill.¹²⁶

2.3 O objeto de estudos econômicos e o utilitarismo inglês

Apoiado, provavelmente, nas fontes que acabamos de indicar, Marshall dirá que a ciência econômica não é senão a aplicação do senso comum ajudado pelos procedimentos organizados da análise e do raciocínio abstrato. Ainda que o alcance dos estudos econômicos, segundo ele, seja sempre limitado, estes permitiriam ao senso comum avançar mais longe do que seria possível sem a economia.¹²⁷

Marshall diz que as leis econômicas são enunciados referentes às tendências das ações dos homens sob certas condições e que essas leis são

¹²⁵ *Ibid*, p. 46

¹²⁶ Para outras informações, vide a nota de rodapé p. 348 de *Princípios de Economia*.

¹²⁷ A. Marshall, *op cit*, p. 51

hipotéticas. Porém, ele diz, que é mais difícil expor claramente essas condições e muito mais perigoso deixar de fazê-lo em economia do que em física.¹²⁸

Assim Marshall reforça a comparação com a gravitação:

“As leis da ação humana não são, de fato, tão simples, bem definidas, nem tão claramente constatáveis como a lei da gravitação; mas muitas dentre elas podem equiparar-se às leis das ciências naturais que se ocupam de matérias complexas”.¹²⁹

A razão de ser da economia, segundo Marshall, como ciência distinta é que ela trata, sobretudo, da parte das ações humanas mais sujeitas a motivos mensuráveis e que, por conseguinte, se presta mais que todas as outras a raciocínios e análises sistemáticos.¹³⁰

Marshall pondera, no entanto, que não podemos medir motivos de qualquer espécie, tal como eles são em si mesmos. Mede-se, segundo ele, somente a sua força motriz. Assim o autor diz que o dinheiro não é uma medida perfeita dessa força. Mas, tomada as devidas precauções o dinheiro fornece uma boa medida da força motriz de grande parte dos motivos que atuam na vida dos homens.¹³¹

Marshall diz que não basta o estudo da teoria e que esta deve andar lado a lado com os fatos. Os documentos econômicos do passado, diz ele, são, sob certos aspectos, insuficientes e pouco dignos de fé; e as condições econômicas dos tempos antigos eram completamente diferentes “da época

¹²⁸ *Ibid*, p. 51

¹²⁹ *Ibid*, p. 51

¹³⁰ *Ibid*, p. 51-2

¹³¹ *Ibid*, p. 51-2

moderna da livre empresa, a instrução geral, a verdadeira democracia, a energia a vapor, a imprensa barata e o telégrafo.”¹³²

Assim define Marshall:

“A economia tem, então, como objeto, primeiramente, adquirir conhecimento para seu próprio uso e, em segundo lugar, esclarecer os acontecimentos da vida prática.”¹³³

Logo adiante, Marshall continua e expõe sua visão sobre a função do economista:

“Os usos práticos dos estudos econômicos devem, sem dúvida, estar sempre presentes no espírito do economista, mas a sua tarefa especial é estudar e interpretar os fatos e descobrir quais são os efeitos de diferentes causas em sua ação isolada e combinada“.¹³⁴

Assim, por meio de uma série de perguntas sobre o que os economistas devem estudar, Marshall vai exemplificar as preocupações dos estudos econômicos:

“Quais são as causas que, particularmente no mundo moderno, afetam o consumo e a produção, a distribuição e a troca de riquezas; a organização da indústria e do comércio; o mercado monetário; a venda por atacado e a varejo; o comércio exterior e as relações entre empregadores e empregados? Como agem e reagem esses fenômenos uns sobre os outros? Como diferem os seus resultados mediatos dos imediatos? Dentro de que limites o preço de uma coisa é uma medida de sua desejabilidade? Que acréscimo de bem-estar deve, à primeira vista, resultar de um dado aumento de riqueza numa classe da sociedade? Em que medida a eficiência de uma classe é enfraquecida pela insuficiência de suas rendas?...”¹³⁵

¹³² *Ibid*, p. 52

¹³³ *Ibid*, p. 52

¹³⁴ *Ibid*, p. 52

¹³⁵ *Ibid*, p. 52-3

Para ele, essas são as questões de que se ocupa diretamente a economia, e com referência às quais deve coligir fatos, analisá-los, e sobre eles basear o seu raciocínio. As questões da vida prática, muito embora se encontrem, em grande parte, fora da esfera da ciência econômica, constituem, no fundo, uma motivação para o trabalho do economista.¹³⁶

Marshall lista, novamente, uma relação de problemas em formas de pergunta que considera ser particularmente urgente, naquele momento, para o país.

“Como devemos fazer para chegar a aumentar as vantagens e diminuir os inconvenientes da liberdade econômica, em suas últimas conseqüências, assim como no curso de seu progresso? Se aqueles que sofrem os inconvenientes da liberdade não se beneficiam de suas vantagens, até que ponto isso justificaria modificações nas instituições da propriedade ou limitações da livre empresa, quando elas mesmas arriscariam diminuir o conjunto da riqueza? ... Devemos nos contentar com as formas existentes da divisão de trabalho? É necessário que grandes massas humanas se ocupem exclusivamente com um trabalho de caráter inferior?...”¹³⁷

Assim, diz Marshall, a economia é considerada como o estudo dos aspectos e das condições econômicas da vida política, social e privada do homem, mas particularmente de sua vida social. O autor diz que o objetivo desse estudo é atingir o conhecimento por amor ao próprio conhecimento e servir de guia na conduta prática da vida, especialmente da vida social. “A necessidade de tal guia jamais foi tão urgente como no momento presente”.¹³⁸

¹³⁶ *Ibid*, p. 53

¹³⁷ *Ibid*, p. 53

¹³⁸ *Ibid*, p. 54

Ainda que a economia, segundo ele, seja inspirada por necessidades práticas, deve evitar, se possível, discutir as exigências da organização dos partidos e a tática a seguir na política interna ou exterior. A economia ajudaria a determinar não somente qual deve ser o fim, mas também quais os melhores processos que uma larga política deve empregar para atingi-lo. Assim, ele diz que a economia é uma ciência, ao mesmo tempo, pura e aplicada e mais do que uma ciência é uma arte.¹³⁹

A visão de Marshall sobre a forma como a economia deveria ser conduzida e sobre qual era o seu objeto, bem como sua preocupação com os estudos econômicos sobre as questões de pobreza (item que veremos adiante em maiores detalhes) e confirmariam, em grande parte, que o autor sofreu influências da corrente filosófica utilitarista.

De acordo com R. Feijó, os escritos filosóficos e utilitaristas de John Stuart Mill (1806-1873) e J. Bentham (1748-1832), bem como o evolucionismo de Herbert Spencer (1820-1903) teriam, de fato, influenciado em Marshall. A preocupação social de Marshall deve-se, em parte, à influência ainda do professor Henry Sidgwick¹⁴⁰ (1838-1900) e seu círculo intelectual em Cambridge. A raiz do pensamento econômico marshalliano nutre-se ainda do mercantilismo encontrado em pensadores ingleses como W. Petty (1623-1687), V.Thunen (1783-1850), na Alemanha, e A. Cournot (1801-1877), na França, conforme o próprio autor reconhece no prefácio de *Princípios*.¹⁴¹

¹³⁹ *Ibid*, p. 54

¹⁴⁰ Para saber mais sobre este autor, vide *The Methods of Ethics*, livro escrito por Sidgwick e que discorre sobre filosofia moral e sistematiza o utilitarismo clássico.

¹⁴¹ R.Feijó, *op.cit.*, p.313. Acerca de suas influências vide também o Prefácio dos *Princípios* à Primeira e à Oitava Edição escrito por Marshall, p. 3-12, em que ele agradece alguns professores, como Pigou, Sidgwick, entre outros. E, ainda, a introdução de O.Strauch em *Princípios de Economia*, em que aparecem também quais foram as influências de Marshall.

A corrente filosófica utilitarista foi desenvolvida primeiro por J. Bentham e depois, principalmente, por J.S.Mill, que também escreveu textos na área de economia.¹⁴²

Essa doutrina aceita a utilidade ou o princípio da maior felicidade como o fundamento da moral, sustenta que as ações estão certas na medida em que elas tendem a promover a felicidade e erradas quando tendem a produzir o contrário da felicidade, que é dor e privação de prazer.¹⁴³

Assim escreveu Mill:

“Para nos aproximarmos, tanto quanto possível desse ideal a utilidade prescreveria os seguintes meios. Em primeiro lugar, as leis e a organização social devem, tanto quanto possível, harmonizar a felicidade ou (como pode ser designado em termos práticos) o interesse de cada indivíduo com o interesse do conjunto. Em segundo lugar a educação e a opinião, que possuem um poder tão vasto sobre o caráter humano, devem usar esse poder para estabelecer na mente de cada indivíduo uma associação indissolúvel entre a sua própria felicidade e o bem do conjunto; especialmente entre sua própria felicidade e a prática de modos de conduta, negativos e positivos, que a consideração da felicidade universal prescreve: de tal modo que não apenas o indivíduo se torne incapaz de conceber como compatíveis a sua própria felicidade e condutas opostas ao bem geral, mas também de tal modo que um impulso direto para promover o bem geral possa ser em cada indivíduo um dos motivos habituais da ação, e que os sentimentos correspondentes possam ocupar um grande e proeminente lugar na vida de todo ser humano.”¹⁴⁴

Mill segue sua análise ao dizer que a multiplicação da felicidade é, de acordo com a ética utilitarista, o objetivo da virtude. Segundo ele, “as ocasiões

¹⁴² J. Marías. *História da Filosofia*, p. 394.

¹⁴³ J.S. Mill. *O Utilitarismo*, p. 30

¹⁴⁴ *Ibid*, p. 41

em que qualquer pessoa tem o poder de fazer isso em grande escala, em outras palavras, o poder de ser um bem feitor público, são excepcionais”. Mas lembra que isso ocorre uma vez a cada mil pessoas. Assim só aqueles cujas ações exercem uma influência que se estende à sociedade em geral necessitam levar em conta, habitualmente, um objeto tão amplo.¹⁴⁵

Outro elemento fundamental para essa formulação seria a justiça, pois como diz Mill:

“...a justiça é um nome para certas exigências morais, que, consideradas coletivamente, ocupam um lugar mais elevado na escala da utilidade social e são, portanto, mais rigorosamente obrigatórias do que quaisquer outras...”¹⁴⁶

Mill, no entanto, esclarece que podem ocorrer casos particulares em que algum outro tipo de dever social é suficientemente importante para prevalecer sobre qualquer máxima geral de justiça. Nesse sentido, Mill conclui:

“Assim, para salvar uma vida, pode não apenas ser permitido, mas constituir um dever, roubar ou tomar pela força os alimentos ou medicamentos necessários, ou ainda, raptar e compelir o único médico qualificado a intervir.”¹⁴⁷

Marshall assume essas concepções de Mill ao dizer claramente que:

“Uma noção mais alta de dever social se espalha por toda a parte. No Parlamento, na imprensa e no púlpito, o espírito de humanidade se faz ouvir mais distinta e sinceramente. Mill e os economistas que o seguiram impulsionaram esse movimento geral e por sua vez foram impulsionados por ele.”¹⁴⁸

¹⁴⁵ *Ibid*, p. 43

¹⁴⁶ *Ibid*, p. 93

¹⁴⁷ *Ibid*, p. 93

¹⁴⁸ A. Marshall, *op cit*, p. 342, apêndice B

Marshall procura transformar aquilo que viria a se tornar a ciência econômica em uma ferramenta de análise e de “cura” dos males da sociedade. Para tanto considera que o economista precisa de três grandes faculdades intelectuais: percepção, imaginação e razão. Porém, mais do que tudo precisa de imaginação que o coloque na pista das causas de acontecimentos visíveis, que estão distantes ou ocultas, e dos efeitos de causas visíveis que se escondem sob a superfície. O mesmo se daria com as ciências naturais e, especialmente, o grupo das ciências físicas, embora tenham uma grande vantagem sobre as demais, pois: “nelas o pesquisador é chamado a dar conclusões exatas que podem ser verificadas pela observação ou experiência subsequentes.”¹⁴⁹

Mas nessas disciplinas o erro se manifesta caso o estudioso se satisfaça com as causas e os efeitos superficiais, ou também ignore a interação mútua das forças da natureza. Marshall diz que o bom estudante das ciências físicas não se satisfaz, tampouco, com uma simples análise geral e está sempre tentando dar-lhe um cunho quantitativo e colocar cada elemento do problema na sua devida proporção.¹⁵⁰ A diferença entre as ciências naturais e as demais era que:

“Nas ciências, que se relacionam com o homem, a exatidão é mais difícil de obter-se. A linha de menor resistência é, algumas vezes, o único caminho aberto, isto é, sempre atraente e, ainda que também seja traiçoeiro, a tentação de segui-lo é grande, mesmo quando um caminho mais frutuoso possa ser desbravado pelo trabalho resolutivo.”

¹⁴⁹ *Ibid*, p. 54

¹⁵⁰ *Ibid*, p. 54-5

O autor compara o historiador com o economista e explica que o estudante de história, “com espírito científico”, enfrenta a dificuldade pela impossibilidade da experimentação e, ainda mais, pela ausência do padrão objetivo para aferição de suas estimativas. Marshall diz que o economista é também prejudicado por essa dificuldade, mas em menor grau que os demais estudantes da ação do homem, pois ele partilha das vantagens que dão precisão e objetividade à obra das ciências físicas.¹⁵¹ Uma vez que a sua atenção estaria voltada para acontecimentos recentes e contemporâneos, muitos dos fatos se agrupariam em classes a respeito das quais podem ser feitas afirmações que são definidas e, muitas vezes, exatas. Assim, o economista se encontra numa posição vantajosa para pesquisar causas e resultados ocultos sob aspectos exteriores e que não são percebidos com facilidade, bem como para analisar certas condições complexas e reconstruir um todo, partindo de seus elementos.¹⁵²

2.4 Métodos de investigação e a nova ciência

Marshall seguirá máximas comteanas ao dizer que é tarefa da economia, como de quase todas as demais ciências, coligir fatos, ordená-los, interpretá-los, e deles tirar conclusões.¹⁵³ Marshall critica, porém, os seguidores de Comte, quando estes consideram que o âmbito de qualquer estudo proveitoso da ação do homem em sociedade tem que ser coextensivo a toda ciência social. Segundo Marshall, desse argumento derivaria a insistência para que os economistas abandonassem o seu “papel” distinto e se devotassem ao

¹⁵¹ *Ibid*, p. 55

¹⁵² *Ibid*, p. 55

¹⁵³ *Ibid*, p. 43

progresso geral de uma ciência social única, que tudo abarcasse. Diferente disso Marshall considera que: “todo o espaço das ações humanas na sociedade é por demais vasto e variado para ser analisado e interpretado por um único esforço intelectual.”¹⁵⁴ Na sequência, todavia, Marshall suaviza suas críticas, quando diz:

“Mas, por outro lado, deve ser inteiramente concedido a Comte que, mesmo nas ciências físicas, é uma obrigação dos que estão fazendo o seu trabalho num campo limitado manter-se em estreita e constante relação com os que se empenham em campos vizinhos. Os especialistas que jamais olham além do seu domínio são propensos a ver as coisas fora da justa proporção.”¹⁵⁵

Assim torna-se patente que, embora aceite a importância da visão comteana, Marshall pretende desenvolver uma própria e adequada para as ciências econômicas. Desta forma, Marshall apresenta uma descrição dos métodos de investigação a serem utilizados pela economia e os compara com todos o das demais ciências. Segundo o autor, a indução e a dedução são métodos necessários, assim como para qualquer outra ciência.¹⁵⁶ Todos os recursos, segundo Marshall, para a descoberta das relações de causa e efeito, expostos em tratados sobre método científico, têm de ser utilizados oportunamente pelo economista.¹⁵⁷ E vai além ao dizer que todos os métodos lhe podem ser úteis no devido tempo, tanto isolados como em combinação uns com os outros.

¹⁵⁴ *Ibid*, p. 347, apêndice C

¹⁵⁵ *Ibid*, p. 347, apêndice C

¹⁵⁶ Embora não existam evidências concretas, Marshall parece ter baseado seu método de investigação naquele dos pragmatistas anglo-saxônicos, em especial C.S. Peirce, que diz: “Minha filosofia pode ser descrita como tentativa que um físico desenvolve no sentido de fazer conjecturas acerca da constituição do universo, utilizando métodos científicos e recorrendo à ajuda de tudo quanto foi feito por filósofos anteriores”, conforme *Semiótica e Filosofia*, p.23

¹⁵⁷ *Ibid*, p. 43

“Não há nenhum método de investigação que possa ser propriamente denominado o método da economia. Mas, todos os métodos lhe podem ser úteis no devido tempo, tanto isolados como em combinação uns com os outros. E, assim como o número de combinações que se podem fazer sobre o tabuleiro de xadrez é tão grande que provavelmente jamais teriam sido jogadas duas partidas exatamente iguais _também não há duas partidas que o estudioso venha a disputar com a Natureza, a fim de arrebatá-lhe as verdades ocultas, em que métodos iguais possam ser empregados de maneira absolutamente igual.”¹⁵⁸

Marshall expõe ainda sua visão sobre a metodologia das ciências físicas: “As ciências físicas que mais têm progredido além dos limites a que foram trazidas pelo brilhante gênio dos gregos, a rigor, não são todas ciências exatas”. Mas todas visam a exatidão, o que significa, segundo Marshall, que todas elas procuram vazar o resultado de uma multidão de observações em enunciados provisórios, suficientemente definidos, a ponto de passar pela prova de outras observações da natureza.¹⁵⁹

Marshall explica ainda que os enunciados, quando se apresentam pela primeira vez, raramente pretendem ser autoritários. Só depois de postos à prova por muitas observações independentes e especialmente depois de terem sido aplicados com êxito na previsão de acontecimentos iminentes, ou do resultado de novas experiências, ganham foros de leis.¹⁶⁰ A ciência, segundo Marshall, “progredir” pelo aumento do número e da exatidão das suas leis, submetendo-as a provas de severidade cada vez maior, e ampliando-lhes o

¹⁵⁸ *Ibid*, p. 43

¹⁵⁹ *Ibid*, p. 44

¹⁶⁰ *Ibid*, p. 44

âmbito, até que uma única lei, ampla, contenha e substitua numerosas leis mais restritas.¹⁶¹

Marshall afirma que o progresso das ciências físicas depende da cooperação de exércitos de trabalhadores, e que:

“A economia aspira a um lugar neste grupo de ciências: porque, embora as suas medidas raramente sejam exatas e nunca se apresentem como definitivas, está sempre trabalhando no sentido de torná-las mais exatas, e, destarte, para ampliar o alcance dos assuntos sobre os quais o estudioso, individualmente, possa falar com a autoridade da sua ciência.”¹⁶²

A partir desse ponto, Marshall expõe qual o propósito e como seriam as leis na ciência econômica, oferecendo inicialmente um paralelo com a lei da gravitação que, diz ele, enuncia a maneira pela qual duas coisas se atraem mutuamente; como tendem a se mover uma na direção da outra, se não houver interferência capaz de impedi-lo. Assim, diz Marshall, trata-se de um enunciado muito exato, de tal maneira exato que os matemáticos podem calcular um Almanaque Náutico capaz de mostrar o momento em que cada satélite de Júpiter se há de ocultar por detrás do próprio Júpiter, e conclui:¹⁶³

“Mas não há tendências econômicas que atuem tão firmemente e possam ser medidas com tanta exatidão como a lei da gravitação _ e, por conseqüência, não há leis de economia que se possam comparar com ela em precisão.”

Todavia, Marshall busca outro exemplo das ciências físicas para tentar explicar as leis da economia que, como ele mesmo diz, venha de um conhecimento menos exato do que a Astronomia. O estudo das marés será

¹⁶¹ *Ibid*, p.44

¹⁶² *Ibid*, p. 44

¹⁶³ *Ibid*, p. 45

escolhido por ele, pois através da posição da terra e da água por toda a volta das Ilhas Britânicas, podia-se calcular de antemão quando a maré estaria *provavelmente*¹⁶⁴ no seu mais alto ponto em qualquer dia, na Ponte de Londres ou em Gloucester, e qual seria ali a sua altura.¹⁶⁵ Marshall adverte que fez uso da palavra *provavelmente* porque ninguém sabe o bastante sobre o tempo a ponto de dizer de antemão como este irá atuar. Uma chuva pesada no curso superior do Rio Tâmsa, ou um poderoso vento de nordeste no Mar do Norte, pode fazer com que as marés na Ponte de Londres difiram grandemente da previsão.¹⁶⁶ Assim, diz Marshall, as leis da economia devem ser comparadas às leis das marés de preferência à lei simples e exata da gravitação:

“Pois as ações humanas são tão variadas e incertas que o melhor enunciado de tendências possível de se fazer numa ciência da conduta humana tem de ser necessariamente inexato e falho.”¹⁶⁷

Marshall diz que, quanto mais árdua a tarefa, tanto maior a necessidade de uma firme e paciente investigação, levando-se em conta a experiência colhida pelas ciências físicas mais avançadas, e estudando-se “da melhor maneira possível” estimativas bem ponderadas ou lei provisórias das tendências da ação humana.¹⁶⁸

Para ele, o termo “lei” significa uma proposição geral ou manifestação de tendências mais ou menos certas, mas ou menos definidas. Marshall diz que muitos de tais enunciados são feitos em todas as ciências; porém, na verdade, não se pode dar a todos eles um caráter formal e denominá-los de leis. Ele diz

¹⁶⁴ Os grifos pertencem ao Marshall.

¹⁶⁵ *Ibid*, p. 45

¹⁶⁶ *Ibid*, p. 45

¹⁶⁷ *Ibid*, p. 45

¹⁶⁸ *Ibid*, p. 46

que, nesse caso, é necessário selecionar, e a seleção se dirige menos por considerações puramente científicas do que por conveniência prática.¹⁶⁹ Assim, segundo Marshall, uma lei de ciência social, ou uma Lei Social, é um enunciado de tendências sociais, isto é, uma indicação de que se pode esperar um certo curso de ação de membros de um grupo social sob certas condições. E, finalmente, Marshall afirma que leis econômicas, ou postulados de ciência econômica, são leis sociais que se referem aos ramos da conduta na qual a força dos motivos mais em jogo pode ser medida por um preço em dinheiro.¹⁷⁰

Assim o autor dá dois exemplos. Ele diz ser normal que os pedreiros, na maior parte da Inglaterra, se disponham a trabalhar por dez pence a hora, e se recusem por sete pence. Enquanto em Johannesburg, pode ser normal que um pedreiro se recuse a trabalhar por menos de uma libra por dia. O segundo exemplo de Marshall refere-se ao preço normal de ovos frescos de granja que, diz ele, pode ser de um pênì quando não há menção à época do ano. Todavia o preço normal na cidade, em janeiro, pode ser de três pence; e dois pence seria um preço anormalmente baixo, causado por um calor temporão.¹⁷¹

Marshall afirma que, às vezes, se supõe que a ação normal na economia é a moralmente direita. Mas, assim deve ser entendida apenas quando, no contexto, a ação está sendo julgada sob o ponto de vista ético.¹⁷²

“Quando estamos julgando as coisas do mundo como elas são, e não como deveriam ser, teremos que olhar como “normal”, de acordo com as circunstâncias em vista, muita

¹⁶⁹ *Ibid*, p. 46

¹⁷⁰ *Ibid*, p. 46

¹⁷¹ *Ibid*, p. 47

¹⁷² *Ibid*, p. 47

ação que exigiria um extremo esforço para ser paralisada”.¹⁷³

O autor resume comparando a situação de ricos e pobres. A condição normal de muitos habitantes mais pobres de uma grande cidade, diz ele, é serem destituídos de iniciativa ou vontade para avaliarem por si as oportunidades que possam ser oferecidas em qualquer outra parte para uma vida menos miserável. Segundo Marshall, porém, eles não têm a força física, mental e moral, exigida para fazer carreira fora desse círculo da miséria. “É um resultado, por certo deplorável, das tendências cujas leis temos que estudar”. Em seguida, Marshall conclui que isto ilustra uma peculiaridade que a economia reparte com poucas outras ciências: a natureza do material que pode ser modificado pelo esforço humano. “A ciência pode sugerir um preceito moral ou prático para modificar essa natureza, e assim a ação das leis da natureza”.¹⁷⁴ Marshall ilustra dizendo que a economia pode indicar meios práticos de substituir por trabalhadores capazes os que apenas sabem fazer caixas de fósforo; assim como a fisiologia pode sugerir medidas para modificar a raça do gado a fim de lhes dar crescimento precoce e lograr mais carne sobre leves ossaturas.

Marshall diz que é preciso levar em consideração a situação econômica de cada país, quando afirma que ainda que a análise econômica e o raciocínio geral sejam de larga aplicação, contudo cada época e cada país têm seus próprios problemas; e cada mudança nas condições sociais provavelmente exige novo desenvolvimento das doutrinas econômicas.¹⁷⁵

¹⁷³ *Ibid*, p. 47

¹⁷⁴ *Ibid*, p. 48

¹⁷⁵ *Ibid*, p. 49

2.5 Considerações sobre um novo perfil para o economista

De acordo com Marshall, alguns patrões e políticos “intransigentes”, defendendo privilégios de classe exclusivos, no começo do século anterior, acharam conveniente alegar, a seu favor, a autoridade da economia política; e freqüentemente, chamavam-se a si mesmos de “economistas”. Assim Marshall complementa:

“Em nossa própria época esse título tem sido invocado pelos opositores aos gastos generosos em benefício da educação das massas populares, a despeito do fato de que economistas contemporâneos afirmam, unânimes, que tais gastos constituem uma verdadeira economia, e que recusá-los seria, ao mesmo tempo, um erro e um mau negócio do ponto de vista nacional.”¹⁷⁶

Marshall afirma que muitos escritores responsabilizaram sem maior exame os grandes economistas por afirmações e atos que “realmente” não lhes cabiam. Em decorrência disso, segundo ele, generalizou-se uma errônea concepção popular sobre seus pensamentos e seu caráter.¹⁷⁷

“O fato é que quase todos os fundadores da economia moderna foram homens de temperamento gentil e compreensivo, tocados de humanidade. Pouco se importavam com riquezas para si: a sua preocupação era difundi-las entre as massas do povo.”¹⁷⁸

Assim Marshall encerra o livro primeiro afirmando que os direitos de propriedade, como tal, não teriam sido venerados pelos espíritos magistras que construíram a ciência econômica. Mas a autoridade dessa ciência teria

¹⁷⁶ A. Marshall, *op cit*, p. 57

¹⁷⁷ *Ibid*, p. 57

¹⁷⁸ *Ibid*, p. 57

sido erradamente invocada por alguns dos que levaram as exigências dos direitos adquiridos a usos extremos e anti-sociais.¹⁷⁹

“Cabe notar, por conseguinte, que a tendência do cuidadoso estudo econômico é basear os direitos da propriedade privada não em algum princípio abstrato, mas na observação de que no passado esses direitos têm sido inseparáveis do progresso; e que, portanto, toca aos homens responsáveis agirem cautelosa e experimentalmente na revogação ou mesmo modificação dos direitos que podem parecer inapropriados às condições ideais da vida social”.¹⁸⁰

Marshall recomenda ter sempre presente o fato de que o desejo de ganhar dinheiro não provém necessariamente de motivos de ordem inferior, mesmo quando gasto com coisas pessoais. Ele diz que o dinheiro não é senão um meio para atingirmos certos fins; e se estes são nobres, o desejo de obter os meios de atingí-los não pode ser ignóbil. Por exemplo, o rapaz que trabalha muito e economiza o máximo, de modo a poder custear mais tarde o seu curso universitário, é ávido de dinheiro. Mas esta avidez não tem nada de ignóbil. Em resumo, diz Marshall, o dinheiro é o poder aquisitivo geral e se busca como um meio que pode servir a todos os fins, nobres ou baixos, espirituais ou materiais.¹⁸¹

Marshall considera um equívoco a opinião generalizada de que a economia estuda apenas a procura egoística da riqueza. Ele afirma que, se o “dinheiro” ou “poder geral de compra” ou o “domínio sobre a riqueza material” são o centro em torno do qual gira a ciência econômica, isto não significa que o dinheiro ou a riqueza material possa ser considerado pela economia como o fim principal do esforço dos homens. Nem mesmo como a principal matéria de

¹⁷⁹ *Ibid*, p. 58

¹⁸⁰ *Ibid*, p. 58

¹⁸¹ *Ibid*, p. 38

estudo do economista. Ele ressalta apenas que, no mundo em que vivemos, este seria o meio conveniente para a medida dos motivos humanos numa larga escala.¹⁸²

O autor vai mais longe ao afirmar que os antigos economistas ingleses restringiram demais sua atenção à ação individual. Assim a economia sofreu amargos ataques, calcados na idéia errônea de que esta ciência considerasse apenas o desejo egoísta de riqueza.¹⁸³

Segundo Marshall, o economista, assim como todos aqueles que estudam a ciência social, deve se ocupar não só dos indivíduos, mas, principalmente, do seu papel como membros do organismo social. Para ele, assim como a catedral é algo mais do que as pedras de que é feita, o ser humano é também algo a mais do que uma série de pensamentos e sentimentos, bem como a vida da sociedade é algo a mais do que a soma da vida dos indivíduos.¹⁸⁴

Para Marshall o estudo dos problemas econômicos teria como ponto de partida os motivos que afetam o indivíduo. Mas este seria considerado não um átomo isolado, mas um membro de determinada profissão ou de algum grupo industrial. Além disso, o papel do economista também seria preocupar-se com motivos relacionados à propriedade coletiva de bens.¹⁸⁵

“O progresso da inteligência da massa popular, o progresso do telégrafo, da imprensa e de outros meios de comunicação tendem a ampliar cada vez mais o campo da ação coletiva inspirada pelo bem público.”¹⁸⁶

¹⁸² *Ibid*, p.39

¹⁸³ *Ibid*, p. 39

¹⁸⁴ *Ibid*, p.40

¹⁸⁵ *Ibid*, p. 40-1

¹⁸⁶ *Ibid*, p.40-1

Assim, segundo Marshall, os economistas deveriam estudar as ações dos indivíduos, mas do ponto de vista social antes do que da vida individual. Sua função seria observar cuidadosamente a conduta de toda uma classe de gente: algumas vezes o conjunto de uma nação ou somente aqueles que vivem numa certa região, mais freqüentemente aqueles que se ocupam com ofícios particulares num certo momento e num determinado lugar. Com a ajuda da estatística, ou por outros meios, os economistas deveriam determinar qual a quantia que os membros do grupo em observação estariam dispostos a pagar como preço por algo desejado.¹⁸⁷ Marshall é enfático ao afirmar que:

“Esse modo de medir os motivos não é absolutamente exato; se o fosse, a economia ocuparia o mesmo lugar das ciências físicas mais avançadas, e não estaria, como realmente está, entre as ciências menos avançadas.”¹⁸⁸

Apesar disso, segundo o autor, essa mensuração seria suficientemente exata para permitir, a homens experimentados, a previsão dos resultados. Por exemplo, o economista experimentado poderia estimar com muita exatidão as somas necessárias para suscitar a oferta de trabalho.¹⁸⁹

“Quando visitam uma fábrica de um gênero que lhes é desconhecido podem dizer, com aproximação de um ou dois xelins, quanto ganha por semana um certo empregado, observando a dificuldade de seu trabalho e a fadiga que lhe exige de suas faculdades físicas, mentais e morais.”¹⁹⁰

Com esses novos parâmetros, Marshall deixa para trás a visão tradicional de que a economia era fechada em si mesma, e que seus

¹⁸⁷ *Ibid*, p. 41

¹⁸⁸ *Ibid*, p.41

¹⁸⁹ *Ibid*, p. 41

¹⁹⁰ *Ibid*, p. 41

estudiosos visavam apenas o enriquecimento próprio. Ou seja, ao ampliar o escopo dos estudos econômicos, Marshall estaria desmontando o mito do chamado Homo Economicus, movido apenas pelo interesse pessoal na luta pela sobrevivência, num darwinismo social impiedoso.¹⁹¹

Assim, a economia, segundo Marshall, trata do homem tal qual ele é:

“...Não um homem abstrato ou “econômico”, mas um homem de carne e osso, fortemente influenciado por motivos egoístas em sua vida profissional, mas sem estar ao abrigo da vaidade e da displicência, nem ser insensível ao prazer de fazer bem o seu trabalho como um ideal, ou ao prazer de sacrificar-se pela sua família, pelos vizinhos ou pelo seu país, nem incapaz de amar, por ideal, uma vida virtuosa. Consideram o homem tal como ele é; mas interessando-se sobretudo que por esta parte da vida humana onde a ação dos motivos é suficientemente regular para poder ser predita, e onde o cálculo das forças motrizes pode ser verificado pelos resultados, puderam colocar a sua obra sobre uma base científica.”¹⁹²

Por isso, segundo o autor, “quanto menos nos preocuparmos com discussões escolásticas sobre a questão de saber se tal ou qual assunto pertence ao campo da economia, melhor será.” Mas adverte que devem ser deixados de lado assuntos sobre os quais existem divergências de opinião ou em que faltam conhecimentos exatos e bem estabelecidos para abordá-los, como também assuntos aos quais o mecanismo do raciocínio e da análise econômica não se apliquem.¹⁹³ Nesses casos, segundo ele, pode-se recorrer à ajuda dos instintos morais e do senso comum como árbitros supremos, para

¹⁹¹ Ficção teórica criada pelo inglês John Stuart Mill no início do século XIX por um processo de abstração. Para ele o homem é um ser racional. Para saber mais acerca do autor e sua obra, vide *Princípios de Economia Política*.

¹⁹² *Ibid*, p. 42

¹⁹³ *Ibid*, p. 42

aplicar, no domínio das questões práticas, os conhecimentos obtidos e elaborados pela economia e pelas outras ciências.¹⁹⁴

2.6 A pobreza como preocupação central e a possibilidade de uma abordagem *quasi*- científica

Para Marshall seria dever da economia estudar em detalhe as diferenças de classes sociais e inúmeras vezes, no decorrer do livro primeiro, ele se mostra preocupado com a diferença entre ricos e pobres. Logo na introdução, o autor questiona até que ponto a pobreza é necessária.

“Agora, afinal, nos dispomos seriamente a investigar se é necessário haver as ditas “classes baixas”, isto é, se é preciso haver um grande número de pessoas condenadas desde o berço ao rude trabalho a fim de prover os requisitos de uma vida refinada e culta para os outros, enquanto que elas próprias são impedidas por sua pobreza e labuta de ter qualquer quota ou participação nessa vida.”¹⁹⁵

Marshall diz que há grandes contingentes da população, tanto nas cidades como no campo, que crescem com insuficiência de alimento, de vestuários e de alojamentos, com educação interrompida cedo a fim de irem ganhar o sustento no trabalho, ocupando-se desde então durante longas horas em esforços exaustivos com corpos mal nutridos, e não tendo assim oportunidade de estudar.¹⁹⁶ E segue:

“Com excesso de trabalho e insuficiência de instrução, cansados e deprimidos, sem sossego e sem lazer, não têm oportunidade para aproveitar o melhor de suas faculdades mentais.”

¹⁹⁴ *Ibid*, p. 42

¹⁹⁵ *Ibid*, p. 24

¹⁹⁶ *Ibid*, p. 24

Logo no primeiro capítulo, nota-se que são vários os pronunciamentos extra-econômicos e éticos de Marshall, o que, a princípio, parece contrastar com o caráter científico de suas análises econômicas ao longo do livro. Como diz E.G. da Fonseca, o interesse de Marshall por questões éticas foi uma constante ao longo de toda a sua trajetória intelectual:

“A cada passo de sua obra encontramos lado a lado, estreitamente ligados entre si, o pesquisador científico e o reformador social; o economista teórico puro sangue e o crítico da sociedade; o investigador empírico e o filósofo do processo evolutivo humano; o observador frio e cuidadoso dos fatos e o incansável filantropo, moralista e pregador”.¹⁹⁷

Sobre a expectativa de melhora em relação à pobreza e a ignorância, Marshall busca encontrar uma explicação no “progresso das classes operárias” durante o século XIX. Assim, ele afirma que:

“A máquina a vapor livrou-as de muitos labores exaustivos e degradantes; os salários subiram; a educação progrediu e se tornou mais generalizada, a ferrovia e a imprensa permitiram aos membros de um mesmo ofício em diferentes partes do país comunicarem-se facilmente entre si, lançando e levando a efeito uma política de linhas amplas e de larga visão.”¹⁹⁸

Este “progresso”, segundo Marshall, permitiria inferir se é realmente impossível a todos começar no mundo com uma justa oportunidade de levar uma vida culta, livre das penas da pobreza e das influências estagnantes. Para ele, essa questão não pode ser inteiramente respondida pela ciência econômica, pois depende em parte das virtudes morais e políticas da natureza humana. Sobre tais questões, o economista não teria meios especiais de

¹⁹⁷ E.G. da Fonseca, “O capital humano na filosofia social de Marshall”, p. 64

¹⁹⁸ A. Marshall, *op. cit.*, p.24

informação: “ele deve fazer o que os outros fazem e conjecturar da melhor maneira possível.” Todavia, Marshall diz que a solução depende em grande parte de fatos e inferências que estão no campo da economia, e isto daria aos estudos econômicos seu principal e mais alto interesse.¹⁹⁹

Como podemos observar, Marshall estava preocupado com questões de sua época, como a pobreza crescente e a marginalidade. Sendo assim, coloca um peso importante na relação entre a economia e o cuidado com os problemas sociais, apesar de delimitar o papel dos estudos econômicos, já que essa melhora ou “progresso das classes”, segundo a classificação de Marshall, depende também das virtudes morais e políticas da natureza humana.

O autor diz que a economia não ganhou mais adeptos ao longo dos anos por estar afastada das necessidades do homem. Assim ele compara a economia com os ciclos da vida humana: infância, adolescência e maturidade. Segundo ele, devia esperar-se que uma ciência preocupada com questões tão vitais para o bem-estar da humanidade tivesse ocupado atenção de muitos dos mais hábeis pensadores de todas as épocas e estivesse agora bem encaminhada para a maturidade. Mas como o número de cientistas da economia teria sido sempre pequeno em relação à dificuldade do trabalho a realizar, essa ciência estava quase na infância.²⁰⁰ Uma causa disso seria a pouca atenção que se havia dado à relação entre a economia e o superior bem-estar do homem. Segundo Marshall, uma ciência que tem como objeto o estudo da riqueza é freqüentemente “repugnante”, à primeira vista, para muitos estudiosos, porque os que se esforçam pelos avanços das fronteiras do

¹⁹⁹ *Ibid*, p.25

²⁰⁰ *Ibid*, p.25

conhecimento raramente se preocupam em possuir riqueza para proveito próprio.²⁰¹

Por outro lado, enquanto conhecedor da ciência de sua época, Marshall fez considerações sobre as principais conseqüências, para a economia, da lei segundo a qual a luta pela existência faz com que se multipliquem os organismos mais adaptados para extrair benefícios do meio ambiente. A conclusão de sua análise, através de uma abordagem evolucionária, pode ser entendida na expressão latina que aparece junto ao título de seu livro *Princípios de Economia*: “Natura non facit saltum” (“a Natureza não dá saltos”). Assim, Marshall acreditava que todo progresso humano era muito lento e que só prosseguia através de mudanças marginais diminutas. As tentativas de alterar rapidamente a sociedade estavam fadadas ao fracasso e, se levadas a cabo, só levariam à miséria. Para ele, o progresso social era, em geral, um processo lento de aperfeiçoamento da hereditariedade de uma raça ou de uma nação.²⁰²

Marshall dirá também que, o abuso de novos poderes por homens de negócios hábeis, mas incultos, levou os males por todos os lados: incapacitou as mães para cumprirem seus deveres; sobrecarregou as crianças de cansaço e doença; e em muitos lugares degradou a raça. Enquanto isso, a negligência bem intencionada da “Lei dos Pobres”²⁰³ teria rebaixado a energia moral e física do inglês ainda mais do que a fria obstinação da disciplina industrial. Isso

²⁰¹ *Ibid*, p. 25

²⁰² E.K.Hunt, *op cit*, p. 285

²⁰³ Conhecida como “Poor Laws” foi composta por uma série de leis de amparo oficial aos pobres, que remontam na Inglaterra no século XVI e que vigoraram até após a Segunda Guerra Mundial, quando deram lugar à legislação de previdência social. Para outras informações, vide nota dos tradutores de *Princípios de Economia*, no livro quarto, capítulo cinco, parágrafo cinco.

porque, privando o povo das qualidades que o capacitariam para a nova ordem de coisas, ela fomentou o mal e diminuiu o bem causado pelo advento da livre iniciativa.²⁰⁴ Assim, naquele momento, com mais experiência e com mais recursos materiais seria possível submeter o livre empreendimento a um certo controle e torná-lo mais benéfico.²⁰⁵

Uma das questões que mereceu destaque nos escritos de Marshall foi o emprego. Ele dirá que para aumentar a estabilidade de emprego seria necessário ter aprendido quão estreitamente relacionadas são as alterações no crédito, no comércio interno, na concorrência do comércio exterior, nas colheitas, nos preços; e como tudo isso afeta a regularidade do emprego num sentido favorável ou adverso. Marshall ressalta o fato de que quase todo acontecimento econômico importante numa região qualquer do mundo ocidental repercute sobre o emprego em certas ocupações localizadas em outras partes.²⁰⁶

Preocupado com os altos índices de desemprego, Marshall diz:

“Se nos preocuparmos somente com as causas de desemprego que estão ao alcance das nossas mãos, seremos levados, provavelmente, a remediar mal os males que vemos, e a provocar males que não vemos. Mas se preocuparmos as causas remotas e as ponderarmos, então o trabalho será uma alta disciplina para o espírito.”²⁰⁷

Segundo Marshall, os estudos econômicos exigem e desenvolvem a faculdade de empatia, e especialmente essa rara afinidade que permite aos indivíduos colocarem-se na situação não somente dos outros indivíduos, mas

²⁰⁴ *Ibid*, p. 30

²⁰⁵ *Ibid*, p. 30

²⁰⁶ *Ibid*, p. 55

²⁰⁷ *Ibid*, p. 55

também de outras classes sociais. Essa simpatia de classe, por exemplo, seria fortemente desenvolvida por inquéritos, cada vez mais necessários, sobre as influências recíprocas que o caráter e os rendimentos, os métodos de emprego e os hábitos de dispêndio, exercem uns sobre os outros.²⁰⁸

Enfim, nesse, como em outros casos, o economista necessitaria de imaginação para desenvolver os seus ideais, mas, acima de tudo, pondera Marshall, precisaria de precaução e reserva para que a defesa desses ideais não ultrapasse a sua compreensão do futuro.²⁰⁹

2.7 A questão da “concorrência” e o evolucionismo social

Na primeira parte de sua obra, Marshall afirma com muita clareza que as condições econômicas da vida moderna, embora mais complexas são, sob muitos aspectos, mas definidas do que as de tempos anteriores. O autor estabelece alguns exemplos: os negócios estariam mais claramente diferenciados de outros assuntos; os direitos dos indivíduos quer em relação aos outros, quer em face da comunidade, estariam mais nitidamente definidos e, acima de tudo, a supressão das barreiras e o florescimento da atividade livre, do hábito da previdência e da iniciativa.²¹⁰

Para ele, a concorrência não era exatamente a característica fundamental da moderna vida industrial, mas, sim, uma consequência secundária:

²⁰⁸ *Ibid*, p. 56

²⁰⁹ *Ibid*, p. 56

²¹⁰ *Ibid*, p. 25

“[Se] Diz com freqüência que as modernas formas de vida industrial se distinguem das antigas por serem mais competitivas. Mas este juízo não é perfeitamente satisfatório. O significado estrito de concorrência parece ser a disputa entre duas pessoas orientadas especialmente para a venda ou a compra de alguma coisa. Esta espécie de disputa é sem dúvida mais intensa e mais largamente difundida do que costumava ser, mas isto é só uma conseqüência secundária, e se poderia quase dizer accidental, das características fundamentais da moderna vida industrial”.²¹¹

O autor ressalta que falar em concorrência ganhou um sentido pejorativo e veio a implicar certo egoísmo e indiferença pelo bem-estar dos outros. Ele admite que há egoísmo nas relações econômicas de sua época, mas acredita que o altruísmo ainda é a característica mais marcante da era moderna. Segundo ele, numa sociedade moderna as obrigações de afabilidade familiar se tornam mais intensas, embora concentradas numa área mais estreita, e os vizinhos são considerados quase como estrangeiros. Assim, diz Marshall, apenas os laços de vizinhança é que foram relaxados: os de família sob muitos aspectos são mais fortes que antes, e a simpatia para com os estrangeiros é fonte progressiva de uma espécie de intencional altruísmo que nunca existiu antes da era moderna.²¹²

“Em um mundo no qual todos os homens fossem perfeitamente virtuosos, a competição não teria lugar, mas o mesmo aconteceria com a propriedade particular e qualquer forma de direito privado.”²¹³

Todavia, Marshall se contrapõe essa idéia e justifica:

“O país que é o berço da concorrência moderna devota mais do que qualquer outro uma boa parte de sua renda a

²¹¹ *Ibid*, p. 26, é visível a leitura das teses socialistas para a elaboração dessas idéias. Para verificação, vide p. 74-5.

²¹² *Ibid*, p.26

²¹³ *Ibid*, p. 28

fins caritativos e gastou vinte milhões na compra da liberdade dos escravos nas Índias Ocidentais.”²¹⁴

Para o autor, em muitos casos “regular a concorrência” é um termo enganoso, que disfarça a formação de uma classe privilegiada de produtores que freqüentemente usa de sua combinação de forças para frustrar os esforços de um homem capaz de subir de uma classe mais baixa. Marshall diz que sob o pretexto de reprimir a concorrência anti-social, eles o privam da liberdade de abrir para si uma nova carreira, na qual os serviços prestados aos consumidores seriam maiores do que os danos que inflige ao grupo relativamente pequeno que se opõe a que lhes façam concorrência.²¹⁵

Assim Marshal conclui que o termo “concorrência” não é muito adequado para designar as características especiais da vida industrial da época moderna:

“Precisamos de uma expressão que não implique quaisquer qualidades morais, boas ou más, mas que indique o fato indiscutível de que o comércio e a indústria moderna são caracterizados por maior confiança do indivíduo em si mesmo, mais previsão e mais reflexão e livre escolha.”²¹⁶

Marshall sugere então o termo “liberdade de indústria e de empreendimento” ou “liberdade econômica”.²¹⁷

No final do século XIX e começo do XX, era comum os teóricos argumentarem em favor do capitalismo. Nessa linha, surgiu um movimento chamado darwinismo social. De acordo com E.Hunt e H. Sherman, os darwinistas sociais apoiavam a concorrência e insistiam também em que o

²¹⁴ *Ibid*, p. 26

²¹⁵ *Ibid*, p. 28

²¹⁶ *Ibid*, p. 28

²¹⁷ *Ibid*, p. 29

governo não deveria se opor a que os capitalistas concorressem livremente no mercado e, de um modo geral, eram favoráveis a que o governo interviesse o mínimo possível em todas as esferas da vida.²¹⁸

Como observam Hunt e Sherman, os darwinistas sociais apropriaram-se da teoria de Darwin sobre a evolução das espécies, transformando-a numa teoria da evolução social, o que teria recebido a desaprovação imediata de Darwin. A concorrência, segundo eles, constituía um processo teleológico em que cada geração era superior à geração precedente. Isto deveria ocorrer em função da eliminação dos menos aptos para sobreviver, daqueles que eram incapazes de se manter e de procriar. Assim, na visão desse tipo de evolucionismo, a capacidade de sobreviver traduzia tanto uma superioridade biológica quanto moral.²¹⁹

Herbert Spencer (1820-1903) foi um dos idealizadores desse evolucionismo social e baseou sua teoria evolutiva e moral no que ele chamou a lei da conduta e da consequência. Segundo Hunt e Sherman, a sobrevivência da espécie humana só seria assegurada se a sociedade distribuísse seus benefícios em proporção aos méritos das pessoas, ou seja, conforme a capacidade de cada um se auto-sustentar.²²⁰ Assim toda pessoa colheria os benefícios ou sofreria as conseqüências de seus próprios atos:

“Prosperariam os que melhor se adaptassem ao ambiente, e os que não conseguissem se adaptar seriam eliminados – desde que as leis da conduta e da consequência fossem observadas.”²²¹

²¹⁸ E.Hunt e H. Sherman, *op cit*, p. 119

²¹⁹ *Ibid*, p.119

²²⁰ E.Hunt e H. Sherman, *op cit*, p. 119

²²¹ *Ibid*, p.119

Se o governo toma “daquele que prosperar para dar àquele que não prosperou” _ com a intenção de atenuar as desigualdades de riqueza e de renda _ “está transgredindo os deveres que tem para com os primeiros e se excedendo nos deveres que tem para com os últimos.” Spencer considerava este tipo de medida um obstáculo ao progresso social, que poderia, inclusive, ser levada a excessos e destruir à espécie humana. Ou seja, a sobrevivência e o progresso da espécie humana pressupunham necessariamente a eliminação dos mais fracos pelas forças impessoais da evolução social.²²²

Sobre essa questão, no entanto, Marshall tem uma posição bem diferente e diz que muito da economia moderna poderia ter sido antecipado nas cidades da Idade Média. Mas que não as deixaram desenvolver-se, e o mundo teve que esperar “a aurora de uma nova era econômica” até que uma nação inteira estivesse preparada para a provação da liberdade econômica.²²³

A Inglaterra, em especial, diz ele, foi paulatinamente se preparando para a tarefa; mas, pelo fim do século XVIII, as mudanças que até então tinham sido lentas e gradativas, de repente se tornaram rápidas e violentas. As invenções mecânicas, a concentração das indústrias e um sistema de manufatura em larga escala para mercados distantes romperam as velhas tradições da indústria e deixaram que cada um negociasse por si o melhor que pudesse.²²⁴ Assim, diz ele, “a livre concorrência, ou melhor, a liberdade de indústria e empreendimento, solta como um grande monstro selvagem, pôde fazer sua violenta corrida.”²²⁵

²²² *Ibid*, p. 120

²²³ A. Marshall, *op cit*, p. 29

²²⁴ *Ibid*, p. 29

²²⁵ *Ibid*, p. 29 -30

Marshall se referia principalmente ao abismo que se formava entre os que tinham melhores condições financeiras e aqueles que eram obrigados a se sujeitar à condição de desfavorecido. Segundo Hunt e Sherman, o homem de negócios encarava a acumulação de riquezas como prova concreta da superioridade evolutiva, e a pobreza como evidência de inferioridade evolutiva.²²⁶

Por meio de suas análises, Marshall vai justamente questionar essa visão da maior parte dos homens de negócio, que considerava socialmente benéfica a concentração do poder corporativo, bem como das riquezas e rendas pessoais, condições que atribuíam à superioridade evolutiva dos homens abastados.²²⁷

Todavia, o evolucionismo²²⁸ de Darwin teria influenciado a formação de Marshall. No início da carreira de economista, ele chegou a cultivar certa admiração pelo historicismo²²⁹ alemão de Roscher (1817-1894). Até mesmo Marx (1818-1883) e outros socialistas, eram lidos por Marshall na fase madura de sua trajetória intelectual. No entanto, ele nunca aderiu ao socialismo revolucionário. Assim, Marshall herdou, mas também adaptou, o arcabouço

²²⁶ Hunt & Sherman, *op cit*, p.121

²²⁷ *Ibid*, p. 122

²²⁸ Os pensadores ingleses que desenvolvem a idéia de evolução, de origem francesa Turgot, Condorcet, Lamarck, mas filosoficamente cunhada por Hegel, também estão vinculados ao positivismo e ao utilitarismo. Embora não fosse filósofo, o naturalista Charles Darwin teve grande influência. Segundo R.J. Richards, uma análise histórica e filosófica mais detalhada mostra que Darwin, H. Spencer e seus discípulos tiveram uma concepção diferente das demais sobre as implicações da teoria da evolução do homem. Eles acreditavam que o processo de evolução poderia reavivar a vida moral e proporcionar melhores sentimentos ao homem, cf. *Darwin and the emergence of evolutionary theories of mind and behavior*, p. 6

²²⁹ Criticavam o método abstrato-dedutivo dos clássicos e estavam sob influência das idéias filosóficas mais em voga no período: o sistema de Hegel e o evolucionismo associado ao estudo da jurisprudência e da filologia. Partiam do pressuposto de que a vida econômica não é isolada da vida política e social. Assim, o que acontece com o homem depende da sociedade, da nação e das circunstâncias históricas. O historicismo cuida de estudar a nação, a moral e o papel do governo, opondo-se, com seu método, ao pensamento abstrato da Economia clássica, Cf. R.Feijó, *op.cit*, p. 234.

intelectual de economistas e pensadores dos séculos XVIII e XIX dentro e fora da Inglaterra.²³⁰

2.8 Medida em dinheiro: uma matemática qualitativa

Marshall compara a tomada de decisão das pessoas com o prazer que se pode obter. Assim ele diz que se desejarmos comparar satisfações físicas devemos fazê-lo não diretamente, mas indiretamente, pelos incentivos que elas oferecem à ação. Se os desejos de obter qualquer um de dois prazeres levarem indivíduos em circunstâncias similares a trabalhar cada um uma hora extraordinária, ou, a homens do mesmo nível social e de recursos iguais, a pagarem, cada um, um xelim por esse prazer, pode-se afirmar que esses prazeres são iguais para os nossos fins, pois que os desejos que despertam são incentivos igualmente fortes para indivíduos em idênticas circunstâncias.

231

Marshall explica que, a medida em dinheiro dos motivos está sujeita a diversas outras limitações, que devem ser examinadas. A primeira delas decorre da necessidade de se ter em conta as variações no montante dos prazeres, ou de satisfação, que a mesma soma de dinheiro representa para diferentes pessoas e em circunstâncias diferentes.²³² Ele diz que as pessoas tendem a reagir sempre de maneira diferente a acontecimentos idênticos. Quando, por exemplo, um grupo de crianças e jovens é levado ao campo para passar um dia livre, é provável que não haja dois deles que sintam com, o

²³⁰ R. Feijó, *op.cit*, p. 313

²³¹ A. Marshall, *op cit*, p. 34

²³² *Ibid*, p. 35

passeio, um prazer da mesma espécie ou de igual intensidade. “A mesma operação cirúrgica provoca em diferentes pessoas sofrimentos os mais diversos”, resume Marshall. Certas pessoas que geralmente não são muito sensíveis, manifestam, entretanto, uma suscetibilidade especial a certas espécies de prazeres e sofrimentos. Por outro lado, diferenças em natureza ou educação tornam a capacidade total para o prazer ou a dor maior numa pessoa que em outra.²³³

Marshall conclui que não seria prudente, portanto, dizer-se que dois homens com as mesmas rendas obtêm delas benefícios iguais, ou que teriam o mesmo sofrimento de uma diminuição igual dessas rendas. Não obstante, quando um imposto de uma libra é cobrado de duas pessoas com uma renda anual de 300 libras, cada uma delas abrirá mão do prazer (ou outra satisfação) representado pelo valor de uma libra, que mais facilmente puder dispensar. Isto é, cada uma abrirá mão daquilo que é representado para si, exatamente por uma libra; contudo, a intensidade dos prazeres sacrificados talvez não seja igual nos dois casos.²³⁴

Marshall utiliza a comparação entre classes sociais para explicar o valor do dinheiro e dá exemplos práticos. Um xelim representa menos prazer ou satisfação de qualquer gênero para um homem rico do que para um pobre. Um homem rico, em dúvida, se gasta um xelim num charuto, compara entre si prazeres mais fracos do que os contemplados por um homem pobre que vacila em gastar um xelim numa provisão de fumo que lhe durará um mês. Um empregado que ganha 100 libras por ano irá a pé para o escritório num dia de

²³³ *Ibid*, p. 36

²³⁴ *Ibid*, p. 36

chuva forte, enquanto que o empregado de 300 libras evitará um simples chuveiro, porque a importância da passagem de ônibus ou bonde representa mais para o mais pobre do que para o mais rico.²³⁵

Marshall compara valores e diz que para a plenitude da vida de uma família não importa o fato de sua renda anual ser de 1000 ou 5000 libras. Mas a diferença é grande se a renda for de 30 ou 150 libras. Segundo ele, neste caso, com 150 libras a família tem as condições materiais de uma vida satisfatória, enquanto que com 30 libras não as tem.²³⁶

Marshall prossegue a discussão sobre o valor do dinheiro para diferentes grupos sociais, ao afirmar que, quando se compara dois grupos compostos de ricos e pobres em proporções idênticas, o efeito tende a ser atenuado.

“Se nós sabemos, por exemplo, que a falência de um Banco arrastou consigo 200 mil libras do povo de Leeds e 100 mil libras do de Sheffield, podemos muito bem supor que o prejuízo causado em Leeds foi duas vezes maior do que em Sheffield, a menos que tenhamos alguma razão para acreditar que os acionistas do banco numa dessas cidades eram mais ricos do que os da outra.”²³⁷

Assim Marshall diz que a grande maioria dos eventos de que se ocupa a economia afeta em proporções quase iguais as diversas classes da sociedade. Explica ainda que as ações cotidianas não são resultado de cálculo. Ou seja, o economista deve tomar o homem exatamente como ele se apresenta na vida ordinária; e na vida comum as pessoas não ponderam previamente os

²³⁵ *Ibid*, p. 36

²³⁶ *Ibid*, p. 23

²³⁷ *Ibid*, p.37, é importante lembrar que Sheffield era um grande centro industrial na época.

resultados de cada ação, seja ela inspirada pelos instintos nobres ou baixos de sua natureza.²³⁸

Apesar disso, Marshall faz uma ponderação e tenta enquadrar os estudos econômicos dentro de algo mais previsível. Assim, para ele, o lado da vida de que a economia se ocupa especialmente é aquele em que a conduta do homem é mais deliberada e onde lhe ocorre, com maior frequência, ponderar os prós e os contras de uma determinada ação antes de executá-la.²³⁹

²³⁸ *Ibid*, p. 37

²³⁹ *Ibid*, p. 37

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo da obra *Princípios de Economia* de Alfred Marshall teve aqui uma meta diferente da oferecida na historiografia econômica. Uma vez que, através desse estudo, buscamos verificar como ocorreu a institucionalização da escola nova e direcionada exclusivamente à economia e quais foram as fontes científicas e filosóficas utilizadas por Marshall para a definição dessa ciência.

Como vimos, essa análise partiu de uma abordagem detalhada do período inglês vitoriano, compreendido entre 1837 e 1901, que nos permitiu entender o que estava em evidência na sociedade da época. As preocupações centrais, como a substituição dos homens pelas máquinas, a pobreza e as condições indignas de trabalho, coincidem com a formação humanista de Marshall que, sensibilizado, procura encontrar soluções para todas essas questões pelo viés científico. É com a definição do que deveria ser os estudos econômicos e o papel do estudioso do assunto na sociedade que Marshall tenta dar sua contribuição para as mazelas sociais daquela época.

A partir dessa análise foi possível verificar que Marshall parece, de fato, ter institucionalizado uma nova área do saber. Uma vez que encontramos em sua obra os quatro componentes fundamentais para que ocorra a moderna institucionalização de uma área do conhecimento. Por meio da fundação da escola de economia, da definição dos fundamentos da economia, da aproximação com algumas correntes filosóficas e científicas, além de sua constante preocupação em relação à divulgação, Marshall conseguiu

estabelecer definitivamente essa área. Isso, como dissemos, ocorreu por meio do ensino, da pesquisa, da divulgação e da aplicação do conhecimento, ou seja, de forma abrangente e completa.

Com isso, classificar Alfred Marshall apenas como um “marginalista” ou líder da chamada escola neoclássica, como faz muitas vezes a historiografia econômica, pode resultar numa visão extremamente reducionista sobre esse autor. Marshall profissionalizou a economia e a colocou fora dos cursos de moral e história para ganhar *status* de disciplina autônoma, indo, portanto, ao encontro da idéia de especialização dos saberes que já vinha de séculos anteriores.

Como já foi citado no início desta dissertação, tivemos como objetivo também apresentar as fontes possíveis do pensamento filosófico e científico de Marshall a partir da análise detida de seu *Princípios de Economia*. Dentre essas fontes, nossa análise mostrou que preponderaram a filosofia positiva de A. Comte e o utilitarismo de J.S.Mill, como elementos fundamentais para as novas elaborações de Marshall.

É preciso dizer, porém, que essas elaborações levariam Marshall a um modelo de ciência distinto do comteano. Ou dito em outras palavras: Marshall tentou estabelecer uma nova hierarquia na classificação das ciências, onde a economia pudesse caber em lugar próprio e privilegiado. Para ele, a economia não se enquadrava na física social, mas também não tinha a exatidão das ciências fundamentais. Da mesma forma, Marshall assume a urgência de dever social presente em Mill. Mas, por outro lado, adota uma posição própria ao

fazer dos estudos econômicos a ferramenta de análise e de “cura” dos males da sociedade.

O autor pretendia, com o embasamento matemático, aproximar a economia, ou pelo menos parte dela, do rigor e da exatidão das ciências experimentais, conforme proposto por Comte apenas para essas últimas ciências. Marshall, porém, conforme concluímos, teria ido além da idéia de Comte ao estabelecer uma nova hierarquia nas ciências fundamentais comteanas, com a definição de um lugar também novo para os estudos econômicos. Não por acaso, Marshall tomou tanto tempo para levar a cabo seu projeto, pois vemos que o espaço arrojado construído por ele teve como base uma longa e refletida reformulação filosófica.

Sabemos, no entanto, que existe ainda muito por estudar sobre o grande trabalho de institucionalização feito por Marshall. Uma análise exclusiva de sua relação com o sindicalismo da época se oferece como uma das vertentes importantes e ricas em material para esse estudo. Também se destaca, entre os estudos mais necessários, uma análise profunda de sua eterna função como professor e mestre de muitos discípulos, central como poucas ao estabelecimento da escola econômica. E não menos importante será o estudo detalhado de seu papel na divulgação das novas propostas para a economia. Um papel, aliás, raramente desempenhado por pensadores que concebem novas áreas do saber.

Enfim, são tantas as possibilidades de investigação, e todas tão ricas e tão necessárias, que inúmeros estudiosos terão ainda por anos e anos um

imenso trabalho a fazer sobre o ramificado e bem sucedido legado institucional de Marshall. Esperamos estar entre eles.

BIBLIOGRAFIA

- ALFONSO-GOLDFARB, A.M. *O que é história da ciência*. São Paulo, Brasiliense, 1994.
- ALFONSO-GOLDFARB, A.M. & M.H. R. Beltrão. *Escrevendo a história da ciência: tendências, propostas e discussões historiográficas*. São Paulo, Educ, 2004.
- ALFONSO-GOLDFARB, A. M & M.H.M. Ferraz. "Raízes históricas da difícil equação institucional da ciência no Brasil". *São Paulo Perspectiva*, 16 (julho-setembro 2002): 1- 15
- ARRUDA, J.J.A. *Revolução Industrial e Capitalismo*. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- ASHTON, T. S. *A Revolução Industrial*. Lisboa, Editora Europa-América, 1977.
- BACHELARD, G. *A formação do espírito científico*. São Paulo, Contraponto Editora, 2002.
- BIRNIE, A. *História Econômica da Europa*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1964.
- BLAUG, M. *Alfred Marshall and Francis Edgeworth*. Cambridge, University Press, 1992.
- BRUE, S.L. *História do Pensamento Econômico*. São Paulo, Pioneira Thomson Learning, 2005.
- BONFIM, W. "Esboço de um programa de revisão da tradição positivista na sociologia: Durkheim." *Coleção Centro de Lógica Epistemologia e História da Ciência*, 11 (1992): 221-243.
- CANGUILHEM, G. O papel da epistemologia na historiografia científica contemporânea. In: _____. *Ideologia e Racionalidade nas ciências da vida*. Trad. de Emília Piedade. Lisboa, Edições 70, 1977
- CHARLOT, M. e Marx, R. *Londres, 1851-1901. A era Vitoriana ou o triunfo das desigualdades*. Rio de Janeiro, Zahar, 1993.
- COMTE, A. *Curso de filosofia positiva*. São Paulo, Abril Cultural, 1973.

- COTRIM, G. *Fundamentos da filosofia*. São Paulo, Saraiva, 1989.
- COSTA, N.C.A. "O ambiente matemático no século XIX e a lógica do século XX". Coleção *Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência*, 11 (1992): 59-64
- EDGEWORTH, F.Y. *The Economic Journal (1891-2-3)*, Londres, Dawson & Sons, 1966.
- EICHEGREEN, B. "História e reforma do sistema monetário internacional". *Economia e Sociedade*, 4 (junho 1995): 53-78
- FEIJÓ, R. *História do Pensamento Econômico*. São Paulo, Editora Atlas, 2001.
- FONSECA, E. G. "O capital humano na filosofia social de Marshall". *Revista de Economia Política*, 12 (abril-junho 1992): 64- 87
- _____. "Reflexões sobre a historiografia do pensamento econômico". *Estudos Econômicos São Paulo*, 26 (maio-agosto 1996): 235-259
- GIDE, C. *História das doutrinas econômicas desde os fisiocratas até os nossos dias*. Rio de Janeiro, Alba, 1941.
- GUILLEBAUD, C.W. *Alfred Marshall-Obras Escogidas*. México, Fondo de Cultura Económica, 1949.
- GROENEWEGEN, P. *Official Papers of Alfred Marshall*. Cambridge, University Press, 1996
- HOBBSAWM, E. *A Era do Capital*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- _____. *A Era das Revoluções*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
- HORMIGÓN, M. & S. Kara-Murzá. "La influencia de las contribuciones científicas en los aspectos ideológicos de la economía política." *Arch. Int. Hist. Sci*, 47 (1997):346-88.
- HUGON, P. *Evolução do Pensamento Econômico*. São Paulo, Atlas, 1967.
- HUNT, E.K. & H. J. Sherman. *História do Pensamento Econômico*. Trad. de J. L. Benchimol. Rio de Janeiro, Vozes, 1996.
- _____. *História do Pensamento Econômico: uma perspectiva crítica*. Trad. de J.R. B Azevedo & M. J. C. Monteiro. Rio de Janeiro, Elsevier, 2005.

- IGLESIAS, F. *A Revolução Industrial*. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- JAMES, E. *O pensamento econômico no século XX*. Rio de Janeiro, Agir, 1959.
- KUHN, T. S. As relações entre a história e a filosofia da ciência. In: _____. *A Tensão Essencial*. Trad. de Rui Pacheco. Lisboa, Edições 70, 1977.
- _____. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo, Perspectiva, 2001.
- LAMOUNIER, J.F.B. *A Divisão do Trabalho em Adam Smith e o Processo de Especialização do Conhecimento no Século XVIII*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2005.
- LAWSON, J. & H.Silver. *A Social History of Education in England*. Londres, Methuen & Co, 1973.
- MARÍAS, J. *História da Filosofia*. São Paulo, Martins Fontes, 2004.
- MARSHALL, A. *Princípios de Economia: um tratado introdutório*. (Col. Os Economistas). Trad. de R. Almeida & O. Strauch. São Paulo, Abril Cultural, 1982.
- _____. *Principles of Economics: an introductory volume*. London, Macmillan, 1930.
- _____. "A replay". *The Economic Journal*, 2 (1892): 507 –519.
- MARX, K. A revolução operada pelo capital no modo de produção e Efeitos desses progressos na situação da classe operária. In: _____. *O Capital*. Trad. de Ronaldo Alves Schmidt. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1967.
- MATHIAS, P. *A primeira nação industrial: uma história econômica da Inglaterra, de 1700 a 1914*. Lisboa, Assírio e Alvim, 1968.
- MILL, J. S. *O Utilitarismo*. Trad. de Alexandre Braga Massella. São Paulo, Iluminuras, 2000
- _____. *Auguste Comte and Positivism*. Inglaterra, Thoemmes Press, 1993; <http://www.gallica.bnf.fr>, maio, 2006.
- MIROWSKI, P. "The philosophical bases of institutionalist economics." *J. Econ. Issues*, 21 (1987):1001 – 1038.

- MUHLSTEIN, A. *Vitória: retrato da Rainha como moça triste, esposa satisfeita, soberana triunfante, mãe castradora, viúva lastimosa, velha dama misantropa e avó da Europa*. São Paulo, Cia das Letras, 1999.
- MURPHY, B. *A History of the British Economy*. Londres, Longman, 1973.
- NAGEL, E. *A prova de Godel*. São Paulo, Perspectiva, 1973.
- O'BRIEN, P. & R.Quinault. *The Industrial Revolution and British Society*, Cambridge, Cambridge University Press, 1993.
- PEARCE, M. & G. Stewart. *British Political History*. Londres, Routledge, 1996.
- PEIRCE, C.S. *Semiótica e Filosofia*. Trad. de Octanny Silveira da Mota e Leônidas Hegenberg. São Paulo, Editora Cultrix, 1975.
- PIGOU, A.C. *Memorials of Alfred Marshall*. Nova Iorque, Augustus M. Kelley, 1966.
- REISMAN, D. *Alfred Marshall: progress and politics*. Londres, Macmillan Press, 1987.
- _____. *Alfred Marshall's Mission*. Londres, MacMillan, 1990.
- RICHARDS, R.J. Origins of Evolutionary Biology of Behavior. *In: _____ . Darwin and the emergence of evolutionary theories of mind and behavior*. Chicago, The University of Chicago Press, 1987.
- ROSSI, P. *Naufrações sem espectador*. São Paulo, Editora UNESP, 2000.
- SOUZA, M.A.G. *Alfred Marshall: um estudo de economia política*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1979.
- SOUZA, N. *Introdução à Economia*. São Paulo, Editora Atlas, 1997.
- STRATHERN, P. *Uma breve história da economia*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2003.
- TULLBERG, R. M. *Alfred Marshall in Retrospect*. Inglaterra, Edward Elgar Publishing, 1990
- WOODWARD, E. L. *Uma história da Inglaterra*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1964.

VILLAS-BÔAS, A. L. “O pensamento científico-tecnológico no contexto de formação e desenvolvimento do capitalismo até o século XIX”. *Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência*, 15 (1996): 3–10.